

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO

Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

CONSCIÊNCIA E IDENTIDADE: UMA ATUAÇÃO, COM BASE
NA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, JUNTO A UM
GRUPO DE TERCEIRA IDADE

Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede

Maringá

2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA-PPI:
MESTRADO

Área de Concentração: Constituição do sujeito e historicidade

CONSCIÊNCIA E IDENTIDADE: UMA ATUAÇÃO, COM BASE
NA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, JUNTO A UM
GRUPO DE TERCEIRA IDADE

Dissertação apresentada por Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.

Maringá

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S493c Sespede, Carmen Lucia Ramos Vinholi
Consciência e identidade : uma atuação, com base na
Psicologia social comunitária, junto a um grupo de
terceira idade / Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede.
-- Maringá, 2010.
101 f.

Orientador : Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.
Dissertação (mestrado em Psicologia) - Universidade
Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, área de concentração: Constituição do
Sujeito e Historicidade, 2010.

1. Psicologia - Identidade - Terceira idade. 2.
Identidade - Grupo de Terceira Idade - Psicologia
Social Comunitária. 3. Psicologia Social Comunitária -
Grupo de Terceira Idade - Consciência e comunidades.
4. Idoso - Função social. I. Tomanik, Eduardo Augusto,
orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração:
Constituição do Sujeito e Historicidade. III. Título.

CDD 21.ed.158.2

Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede

**Consciência e Identidade: uma atuação, com base na Psicologia Social
Comunitária, junto a um grupo de terceira idade**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik – UEM

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Quintal de Freitas – UFPR

Prof^ª. Dr^ª Ana Tiyomi Obara – UEM

Data de Aprovação
27/10/2010

Às minhas filhas, Cassiana e Camila,
razões e orgulho da minha vida. Por vocês
busco ser melhor a cada dia. Sinto que vocês terão sempre me dado muito mais
do esperei ou mereci ou imaginei.

Ao Cássio,
pela espera e compartilhamento.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois este trabalho de pesquisa se realizou porque Ele assim o permitiu, como tudo!

Não tenho a pretensão de citar nomes, pois não quero correr o risco de deixar de agradecer a quem quer que seja. Os meus agradecimentos, de coração, à minha família e familiares que participaram junto comigo de todo o processo de pesquisa, com amor, incentivo e tolerância.

Ao meu orientador e à sua família, pelas valiosas contribuições nesta dissertação, por sua preocupação e dedicação a temas tão importantes da nossa realidade.

Às professoras participantes da banca que gentilmente aceitaram o convite, e através das críticas e sugestões pontuais, contribuíram para a construção e finalização dessa pesquisa.

Aos integrantes do Grupo de Terceira Idade Renascer, pela humildade, confiança, possibilidade de aprendizado e crescimento profissional e pessoal. Obrigada pela oportunidade de estabelecermos relações espelhadas na alteridade e, espero ter contribuído, de alguma forma, para a nossa constante construção.

À liderança comunitária e todas as pessoas envolvidas com o Grupo de Terceira Idade Renascer, de Porto Rico, Paraná, em especial, às pessoas ligadas aos projetos e a Prefeitura Municipal.

Aos meus amigos eternos, presentes e distantes somente de meus olhos, de muitos momentos e lugares...

À todos os colegas de trabalho.

Aos professores, colegas e funcionários com quem convivi, desde a minha entrada no mestrado, pelas trocas e oportunidades.

Ao trabalho anterior, realizado por um amigo querido, e a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para a construção e finalização dessa pesquisa e participaram desta etapa da minha vida.

Muito Obrigada!

(...) É um carinho guardado no cofre
De um coração que voou
É um afeto deixado nas veias
De um coração que ficou
É a certeza da eterna presença
Da vida que foi
Da vida que vai
É a saudade da boa
Feliz, cantar
Que foi, foi, foi
Foi bom e pra sempre será...
(Gonzaguinha)

SESPEDA, Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede. **Consciência e Identidade: uma atuação, com base na Psicologia Social Comunitária, junto a um grupo de terceira idade.** n.º de folhas (ex. 101 f.). Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2010.

RESUMO

O presente estudo tem uma série de objetivos: dar continuidade a um trabalho anterior de atuação junto a Grupo de Terceira Idade; resgatar a função social dos idosos participantes e fortalecer a identidade grupal e os laços coletivos, através do desenvolvimento de atividades que buscam intensificar a participação dos membros no grupo e deste na comunidade; buscar através da análise das raízes da Psicologia Social Comunitária, subsídios para melhor compreensão desta proposta de conhecimento, visando conhecer suas características, importância e implicações, bem como compreender as relações entre investigação/pesquisa e a promoção de estratégias de ações frente à realidade investigada; e analisar o desenvolvimento dos processos de (re) construção da identidade grupal, a partir dos conceitos de Consciência e Identidade. Para atingir os objetivos propostos utilizamos como metodologia a Pesquisa Participante. Os participantes da pesquisa foram idosos, membros do Grupo de Terceira Idade Renascer, do município de Porto Rico, Paraná, Brasil. O processo de pesquisa iniciou-se com a participação da pesquisadora no grupo em reuniões que variaram de 15 a 30 dias. Através de informações sobre a realidade investigada, a partir do trabalho anterior e discussões sobre as necessidades do grupo, várias ações foram engendradas possibilitando o fortalecimento dos laços coletivos e uma participação mais efetiva nos trabalhos do grupo e na comunidade. Entre várias ações, o trabalho culminou na confecção de um quadro de fotos de arquivos pessoais, visando o resgate da história da comunidade e documento para as gerações presentes e futuras. Com o desenvolvimento das ações e participação dos idosos pôde-se analisar o processo de construção da identidade grupal e compreendê-la como processo em constante transformação e que a singularidade do homem se exprime de forma afetiva e motivacional, através da relação com outros homens, ou seja, na vida grupal.

Palavras-chave: Função Social do Idoso, Psicologia Social Comunitária, Identidade, Consciência e Comunidades.

SESPEDA, Carmen Lucia Ramos Vinholi Sespede. **Consciousness and Identity: an action based on the Community Social Psychology with a group of elderly.** n° of pages (ex. 101 f.). Dissertation (Master Degree in Psychology) – State University of Maringá. Advisor: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik. Maringá, 2010.

ABSTRACT

The present paper has a number of goals; continue the previous work along the Senior Group; to rescue the elderly social function and strengthen group identity and collective ties through the development of activities that search for intensify the participation of members in this group and in society, seek by examining the roots of the Community Social Psychology, subsidies for better comprehension of the proposed knowledge, to determine their characteristics, importance and implications, and understand the relationships between investigation / research and promoting strategic actions in the investigated reality and to analyze the development of (re) construction processes about the group identity, through the concepts of consciousness and identity. To achieve the purposed we used the methodology of the Research Participant. Survey participants were elderly, members of a Senior Group called “Renascer” in Porto Rico city, Paraná, Brazil. The research process began when the researcher went to the group meetings that ranged from 15 to 30 days. Through the information about the investigated reality, from the previous work and discussions about the needs of the group, several actions were designed allowing the strengthening of collective ties and a more effective participation in the group works and community. Among many actions, the work culminated in a framework creation of personal photos, aimed rescue the history of the community and to document for the present generations and the future generations. With the development of actions and participation of the elderly, we could analyze the process of building group identity and understand them as a process in constant transformation and that man's uniqueness is expressed in affective and motivational way, through the relationship with other men, in other words, in group life.

Keywords: Elderly Social Function; Community Social Psychology; Identity, Consciousness and Communities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
I - A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA	15
1.1 Um pouco da história e características da Psicologia Social Comunitária	16
1.2 Fundamentos da Psicologia Social Comunitária	36
1.2.1 Consciência	44
1.2.2 Identidade	48
II - PORTO RICO: UM POUCO DA HISTÓRIA SOBRE A OCUPAÇÃO DA REGIÃO DAS “RICAS TERRAS ÀS MARGENS DO RIO PARANÁ”....	53
2.1 Algumas configurações de uma comunidade chamada Porto Rico	59
2.2 Caracterização do Grupo de Terceira Idade “Renascer”.....	64
III - OS OBJETIVOS NORTEADORES E METODOLOGIA DA PESQUISA	72
IV- REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA COM O GRUPO	77
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

(...) o traço característico que distingue as sociedades humanas de todas as outras sociedades é o fato de que os homens se contam histórias. Através da narrativa, o sujeito se dirige a um outro, diferente dele mesmo. É na dimensão da alteridade, que o discurso do eu se constitui e se diferencia na sua singularidade [...] a narrativa se funda na seqüência de três alocações, o que quer dizer que a minha alocação só faz sentido na sua relação com um outro, cuja alocação precedeu à minha e com a que me será posterior. Dentro dessa perspectiva, a transmissão se refere à sucessão geracional, indicando que a minha existência só tem sentido na sua relação com aqueles que me antecederam e com os que me sucederão. Portanto, os homens estão ligados entre si pela história de seus grupos e de suas sociedades (Scharfstein, 2006, p.43).

O trabalho de pesquisa que pretendo desenvolver visa dar continuidade às atividades realizadas no decorrer do desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, defendida em 2009, por Saulo Luders Fernandes, junto ao programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (Fernandes, 2009). Aquela investigação objetivou analisar o processo de construção das representações sociais do envelhecimento entre os idosos pertencentes a um grupo de terceira idade da cidade de Porto Rico, no Estado do Paraná.

Segundo Fernandes (2009), seu estudo se justificou, sob um ponto de vista mais amplo, por ser um tema pouco investigado e como tentativa de proporcionar um acréscimo a este conhecimento. De forma específica, a análise das representações sociais do envelhecimento para e pelos participantes daquele grupo, foi escolhida como forma de produzir saberes que os auxiliassem na transformação da realidade em que viviam.

As discussões e análises iniciais levaram-no à identificação e levantamento de dois temas ou problemáticas de estudo. Uma dizia respeito às atividades que os idosos estudados exerciam naquele momento de suas vidas e, que, comparadas ao passado, eram percebidas como inúteis, como se eles tivessem perdido sua função, não tendo nada a exercer ou fazer. A outra problemática centrava-se na insatisfação dos idosos

com o próprio grupo de terceira idade, já que, de acordo com eles, havia pouco envolvimento e participação dos membros.

Fernandes (2009) afirma que após novas discussões, tanto ele quanto os pesquisados, conseguiram compreender de forma mais clara estes temas, o que possibilitou traçar planos de ações para a superação dos mesmos. Estas ações envolveram, entre outras, o resgate de suas histórias de vida, como forma de compreender sua situação atual e a partir desta compreensão, revisões sobre o que poderiam fazer e sobre as funções sociais do idoso.

O seu trabalho culminou na elaboração de um livro artesanal, envolvendo histórias de vida, receitas culinárias e memórias dos participantes. Fernandes (2009) aponta que o desenvolvimento de uma atividade comum, que o próprio grupo formulou e projetou, possibilitou a construção de novas relações e configurações no grupo.

O mesmo pesquisador afirma ainda, que o livro transformou-se em parte integrante da pesquisa e tornou-se um instrumento pelo qual as problemáticas levantadas pelos investigados puderam ser compreendidas, já que, por intermédio dele, os idosos conseguiram refletir sobre as atividades que exercem hoje, como re-edificadores do passado.

A partir dessa base, a pesquisa atual pretende dar sequência ao processo de pesquisa-participação anterior, junto aos membros do Grupo de Terceira Idade Renascer, do município de Porto Rico, situado no Estado do Paraná, Brasil, contribuindo para o resgate da função social do idoso naquela comunidade.

Assim, o projeto de pesquisa atual estruturou-se também como participante, tendo o objetivo de produzir não só um conhecimento voltado para a academia e os estudiosos, e elaborado apenas pelo pesquisador, mas também construir e compartilhar o conhecimento durante a realização da pesquisa, nas relações de trocas e participação ativa entre pesquisador e pesquisados.

Segundo Rey (2005), a pesquisa nessa perspectiva visa possibilitar o caminho para uma forma de produção de conhecimento que envolva, além da descrição dos fenômenos, a sua explicação, compreendendo-os historicamente. A pesquisa é vista como uma relação entre os sujeitos, portanto dialógica, em cujo processo investigativo, pesquisadores e pesquisados são partes integrantes do processo e nele se re-significam.

Esta forma de pesquisa parte do reconhecimento da capacidade humana de subjetivação, produtora de sentidos e significados em suas diversas esferas de relações. Além disso, ela parte do princípio de que a subjetividade do homem se constitui

historicamente, em suas ações sociais, imersa em um contexto histórico e culturalmente determinado.

Outro apoio teórico-metodológico de nossa pesquisa será fornecido pela Psicologia Social Comunitária. Esta linha de pensamento e atuação, segundo Freitas (2001), toma como ponto de partida “(...) um dado ator social – o homem – o indivíduo visto como um ser individual, competitivo ou não, solidário ou não, deprimido ou lutador” (p. 64) e propõe-se a,

(...) compreender as possibilidades de transformação deste ator individual em ator coletivo, através de uma rede de relações que colabore para que a comunidade seja mais ou menos participativa, mais ou menos consciente de seus problemas e de suas alternativas de resolução. Assim, a busca por ações dos diversos campos profissionais justifica-se pela necessidade de serem encontradas propostas eficazes que diminuam os problemas sociais (Freitas, 2001, p.64).

Buscamos proporcionar neste trabalho, através da análise das raízes da Psicologia Social Comunitária no primeiro capítulo, subsídios para melhor compreensão desta proposta de conhecimento, visando conhecer suas características, importância e suas implicações, bem como compreender as relações entre investigação/pesquisa e a promoção de estratégias de ação frente à realidade investigada.

Através de sua trajetória de construção e consolidação como campo de conhecimento, pretendemos apresentar a Psicologia Social Comunitária como um projeto coletivo de resistência frente ao sofrimento psicossocial.

Pretendemos, ainda, oferecer uma compreensão melhor sobre em que medida o conjunto de conhecimentos sistematizados pela Psicologia Social Comunitária pode auxiliar no delineamento e na implementação de ações, frente às necessidades discutidas pelo grupo e também rever o seu percurso constitutivo, de modo a possibilitar uma maior compreensão de seus limites e possibilidades.

No segundo capítulo apresentamos uma caracterização geral da região na qual a população encontra-se inserida. Realizamos, inicialmente, um breve histórico da formação de Porto Rico e seus aspectos sócio-econômicos, procurando esclarecer porque esta região vem sendo alvo de estudos constantes, realizados especialmente por grupos de pesquisadores ligados à Universidade Estadual de Maringá e, na sequência,

apresentamos a caracterização do grupo de terceira idade através da história de sua formação.

O capítulo posterior tem como proposta detalhar o ponto de partida desta pesquisa e também apresentar os objetivos norteadores da sua condução, pois, segundo Freitas (1998), a partir dos pressupostos da Psicologia Social Comunitária e os objetivos de uma Pesquisa Participante, os objetivos são definidos dentro de um processo decisório participativo, orientados pela necessidade da população estudada.

O quarto capítulo apresenta reflexões sobre a prática com o grupo, através de dados registrados em diário de campo. Este se constitui como afirma Freitas (1998), “(...) em registros de acontecimentos e/ou episódios significativos, acompanhados de apreciações sobre as interações, as problemáticas vividas e as alternativas de ações encontradas pelas pessoas” (p. 7).

Importa ainda dizer que este estudo, de acordo com os pressupostos da Psicologia Social Comunitária, deve apresentar segundo Freitas (2001), uma proposta de ação e de intervenção psicossocial comprometida com a produção do conhecimento:

(...) o eixo principal do trabalho advém da necessidade de serem realizadas intervenções, para que a população tenha condições de participar de esferas da sua vida cotidiana, nas dimensões macro e microssociais, a fim de encontrar alternativas para os problemas que tem incidência e repercussão particular em suas vidas (Freitas, 2001, p. 62).

Esta perspectiva de pesquisa e de intervenção social simultânea consiste em uma forma,

(...) de resposta ao mal-estar sentido por todos aqueles que têm dificuldade de lidar com uma visão fragmentada da natureza e excessivamente disciplinar da ciência. Tal potencialidade se dá em virtude de esta ratificar - através de suas características básicas como: complexidade, interdisciplinaridade, subversão e esperança - uma postura científica mais recente que pretende recuperar o que foi desprezado pelo cartesianismo, ou seja: a vida, o sujeito e a subjetividade, com fins de elucidar a realidade de que não somos nada mais do que um pequeno “link” de um grande universo vivo e em expansão (Carvalho, 2005, p.16).

Penso essa investigação não como um caminho não percorrido ou uma trilha não explorada, mas sim como um caminho a ser construído, juntos, pela pesquisadora e o Grupo de Terceira Idade Renascer, e nessa construção estimulá-los e sensibilizá-los para a luta cotidiana em busca da cidadania como sujeitos ativos, guardadores e transmissores da memória. “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 2001, p.55).

CAPÍTULO I

A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Não há transição que não implique um ponto de partida, um processo e um ponto de chegada. Todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje. De modo que nosso futuro baseia-se num passado e se corporifica num presente. Temos que saber o que fomos e o que somos para saber o que seremos (Freire, 1997, citado por Carvalho, 2005, p. 35).

Objetivamos neste capítulo discorrer sobre o processo de construção e consolidação de um campo de conhecimento denominado Psicologia Social Comunitária, buscando identificar os elementos que o caracterizam, bem como os fatores que têm se constituído em desafios para a sua afirmação como área de investigação e intervenção.

Freitas (2001) aponta que através do percurso da história dos últimos 50 anos no continente latino-americano, foi possível constituir e consolidar as práticas de uma Psicologia Social Comunitária, com as raízes e características que ela apresenta.

De acordo com esta autora, um campo de atuação denominado Psicologia Comunitária (Community Psychology) já existia nos anos de 1950 e 1960 na Europa e nos Estados Unidos, mas ele diferia do que foi se constituindo nos anos 60, 70 e 80, no Brasil e América Latina, e que atualmente denominamos Psicologia Social Comunitária.

Nos EUA e na Europa, a Psicologia Comunitária se originou fundamentalmente através dos movimentos comunitários e profissionais de Saúde Mental Comunitária, que na década de 60 encontravam-se insatisfeitos com o modelo biomédico de compreensão e intervenção/atuação no campo de saúde mental, de acordo com Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça e Soares (2008). Este modelo derivava de uma psicologia que pouco considerava as relações entre o homem e a sociedade.

Já na América Latina, segundo estes autores, o surgimento resulta de um movimento de questionamentos e transformação da Psicologia Social, intensamente influenciado pelos problemas sociais vividos neste continente e através dos movimentos populares que visavam a promoção de melhorias sócio-econômicas para a população. Assim, os trabalhos de investigação e/ou intervenção psicossocial em comunidade buscavam contribuições e subsídios para o enfrentamento da realidade vivida.

Essa nova perspectiva segundo Freitas (2001), surge em razão da insatisfação de diversos profissionais da psicologia frente aos modelos teóricos e metodológicos tradicionais que se posicionavam adotando pressupostos a-históricos e práticas descontextualizadas, universalizadas e descomprometidas com a realidade social e histórica.

Este movimento, ressalta Freitas (1998), ocorre dentro da Psicologia Social, atrelado à crise teórico-epistemológica do campo das ciências humanas, especialmente promovida pela realidade político-social das populações latino-americanas, como as guerras civis em El Salvador e os movimentos de reivindicações frente às necessidades básicas das populações no Brasil, Chile, Venezuela, entre outros.

Voltemos um pouco na história, buscando os antecedentes e o surgimento desse movimento.

1.1 Um pouco da história e das características da Psicologia Social Comunitária

Freitas (2001) aponta que os problemas sociais que atualmente se repetem em nossos noticiários já aconteciam nas décadas de 1960 e 1970, “(...) e as cruéis condições de vida da população, ligadas à falta de saúde, ao desemprego, à precariedade da educação e à falta de moradia, compeliavam massas populares para as ruas e avenidas em busca de alternativas para a sua sobrevivência” (p.58).

Na década de 1950 profissionais das ciências sociais, especialmente assistentes sociais, iniciaram trabalhos junto às populações menos favorecidas. Neste momento o Brasil vivia um período de grande migração da população do campo para a cidade, devido à economia direcionar-se ao setor industrial e fabril nas grandes cidades, o que gerava inúmeros problemas de inserção e permanência das pessoas, além de novas formas de organização social nos grandes centros (Freitas, 1998).

Para atender a essa demanda, profissionais eram recrutados através de projetos políticos do governo, com o objetivo de desenvolver trabalhos comunitários. No entanto, os trabalhos neste período objetivavam a integração e adaptação da população às novas necessidades sociais. De acordo com Freitas (2007, p. 332),

(...) em meados do século XX, os chamados “trabalhos comunitários”, no Brasil e na América Latina, eram dirigidos aos setores populares e aos grandes contingentes de migrantes, tendo o intuito de adaptá-los, inseri-los ou adequá-los às novas condições de moradia, trabalho e convivência urbanas. Eram trabalhos desenvolvidos pelos profissionais do Serviço Social, Educação, Saúde e Ciências Sociais (...), em sua maioria dentro de uma visão, ainda, de ciência neutra e pretensiosamente isenta de ideologias. (...) Os projetos políticos oficiais desta época buscavam a participação de profissionais com a finalidade de que desenvolvessem projetos comunitários voltados para a neutralização das reivindicações dos novos moradores e/ou trabalhadores. Este período conhecido como de “desenvolvimentismo” nos trabalhos comunitários, dos projetos de educação básica/alfabetização, e dos planos governamentais de casas populares reúne ações comunitárias e educativas, tuteladas pelo Estado, que primaram pelo assistencialismo e paternalismo.

Porém, no início da década de 1960, no Brasil e em vários países da América Latina, de acordo com Freitas (1996), ocorreram processos de confrontação entre, de um lado, o Estado e as forças capitalistas e, do outro, grandes parcelas da sociedade civil, posicionadas frente às necessidades básicas da maioria da população.

Segundo a autora, neste período as greves se expandiram para vários setores de produção e serviços, devido ao aumento de preços e aos altos índices de desemprego, que dificultavam a sobrevivência da classe trabalhadora e da população em geral.

Lane (1996) aponta que na década de 60 já surge a preocupação com a educação popular. Segundo ela, um dos instrumentos adotados pelos que participavam destas preocupações e que visavam a conscientização da população foi a alfabetização de adultos, através de um trabalho fundamentado na filosofia e no método, em especial, de Paulo Freire.

Este trabalho, de acordo com a autora, apresentava um compromisso político com a libertação das classes populares e com o resgate do papel do homem como agente

social e histórico. Neste período, diversos profissionais, entre eles psicólogos, não apresentavam, como sua preocupação central, a definição ou o aprofundamento de definições teóricas, mas trabalhavam no sentido de resgatar a cidadania.

O estabelecimento, no entanto, do regime militar, segundo Freitas (1998), tolheu os processos de educação popular e os trabalhos comunitários pautados em uma proposta político-pedagógica, que tinha “(...) como compromisso o *desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa* na população, a partir dos referenciais da educação e da pesquisa participante” (p.85).

Paralelamente, o período do golpe militar em 1964 foi importante para que vários questionamentos surgissem. Lane (1996) afirma que, se por um lado vivia-se um período de extrema repressão e violência, pois uma reunião de cinco pessoas já era considerada uma tentativa de subversão, por outro lado, este contexto conflituoso possibilitou que os profissionais de psicologia, mesmo que de forma individual, se questionassem sobre suas práticas frente às demandas da maioria da população e também quanto ao seu comprometimento profissional na organização e conscientização dos setores populares.

Freitas (1996) aponta que, com o estabelecimento do regime militar, o Brasil passou a viver em um sistema que colocou fim a muitos direitos civis, fazendo com que as contradições da realidade social surgissem de forma concreta na vida das pessoas, o que forçou que muitos profissionais passassem a refletir sobre elas.

Além do Brasil passar por várias transformações, em função do novo regime instituído, o contexto mundial era de insatisfação em relação aos direcionamentos político-sociais, assim como com as produções científicas, o que deu origem à eclosão de várias manifestações contra regimes totalitários do Leste Europeu, conflitos raciais, movimentos de democratização das populações latino-americanas e muitas outras formas de enfrentamento. Para Freitas (1998), “as manifestações emergiam de um mesmo terreno cruel e comum, presente para as populações do chamado terceiro mundo: a fome, a miséria, o desemprego, o analfabetismo e a doença” (p.86). Entre estas manifestações, ela destaca:

(...) 1) as “barricadas de Paris” com a participação de Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre, Marcuse, Habermas, que denunciam a omissão das universidades na realidade social, caracterizando a chamada “Crise” do Modelo das Ciências Humanas e Sociais; 2) os movimentos acadêmico-científicos e comunitário-sociais de envolvimento da ciência com a sociedade, como nas propostas de David Laing, Basaglia, Berlinguer, Thomaz Szasz, entre outros; 3) a denúncia do preconceito e racismo presentes no Apartheid na África e populações indígenas; 4) a fome denunciada nas figuras esqueléticas e sub-humanas dos habitantes da região do Biafra, Somália e tantos outros; 5) as várias tentativas de participação democrática dos latino-americanos contra as ditaduras militares em países como Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Brasil; 6) a singular presença da Igreja Católica neste período, declarando-se a favor dos pobres e oprimidos, através dos trabalhos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), na perspectiva da Teologia da Libertação; e 7) a luta dos camponeses por melhores condições de vida, juntamente com os trabalhos de participação e Investigação-Ação-Participante (IAP), como os desenvolvidos por Orlando Fals Borda (Freitas, 2007, p. 332-333).

Neste cenário político-social, segundo a autora, a partir de 1962 são criados oficialmente os cursos de Psicologia e dá-se o reconhecimento da profissão de psicólogo no Brasil. A orientação dessa formação e da prática dos futuros profissionais é influenciada pelos modelos teóricos e metodológicos dos Estados Unidos e Europa.

As práticas profissionais, sob estas influências, se estruturaram para ser realizadas nos consultórios, nas organizações e ambientes educacionais de classe média ou alta e os trabalhos desenvolvidos apresentavam uma visão psicologizante e reducionista, diante dos problemas que a população vivia (Freitas, 1998).

Já na década de 1970, Lane (1996) destaca que a preocupação volta-se para a saúde pública e uma das ações preventivas foi a criação dos centros comunitários de saúde mental, visando a superação dos modelos clássicos dos hospitais psiquiátricos que, na maioria dos casos, apresentavam um traço forte de cunho assistencial e manipulativo, fazendo uso de técnicas e procedimentos sem a necessária análise crítica.

Esta autora afirma que as intenções dos trabalhos eram boas, mas os resultados não eram satisfatórios. “(...) nesse caso, as mudanças foram mais aparentes do que estruturais” (Lane, 1996, p.18).

Paralelamente, os movimentos sociais latino-americanos ao final dos anos 70 e as críticas à psicologia social norte-americana, impulsionaram a efetivação de práticas direcionadas aos trabalhos comunitários, buscando atender a realidade social do Brasil. Nesta década, os trabalhos desenvolvidos passaram a ter um cunho de deselitização e de aproximação da psicologia com a realidade cotidiana (Freitas, 1998).

Ainda na década de 70, as críticas à Psicologia Social individualista norte-americana, vista como geradora de práticas socialmente descontextualizadas e reprodutora de um papel subserviente da ciência à manutenção da ordem macro-social, impulsionaram no Brasil, em algumas instituições, interesses por novos referenciais de estudos e trabalhos como os de “(...) Martin-Baró de San-Salvador, os psicólogos russos Leontiev e Vygotsky e os franceses, entre eles, Serge Moscovici” (Oberg, 2007, p.62).

Com esses novos referenciais, em diferentes espaços, saindo dos consultórios, das organizações e dos ambientes educacionais, os profissionais da psicologia foram para os bairros populares, para as favelas, para as associações de bairros, com as suas propostas de atuação junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a partir da Teologia da Libertação (Freitas, 2001).

Esses trabalhos em comunidades junto aos bairros populares, segundo a autora, ainda eram realizados, em sua maioria, de forma voluntária, por profissionais que mantinham-se graças ao exercício de atividades remuneradas, normalmente ligadas à academia, o que gerava debates sobre as condições de inserção do profissional psicólogo nas comunidades, sua prática e também sobre o seu compromisso político.

Assim, as discussões passaram para dentro das universidades e apesar das diferenças teóricas e metodológicas, os relatos das práticas e as discussões sobre seus efeitos e as condições de sua realização foram ampliados.

Segundo Tomanik (2001), exemplo deste cenário de transformações e das explícitas diferenças teórico-metodológicas que conviviam dentro da mesma área da Ciência foi o Encontro Latino-americano de Psicologia Social, realizado em Bogotá, em agosto de 1973, que teve como objetivo propagar aos psicólogos sociais os trabalhos efetuados em vários países. Os relatos destes trabalhos foram reunidos em um livro, organizado por Marín (1975). Esta obra incluía trabalhos como:

“Socialización Política En Jóvenes Caraqueños”, de Maritza Montero;
“Matrimonio Interracial En Brasil”, de Aroldo Rodrigues; “Actitudes De Estudiantes Venezolanos De Secundaria Y De Sus Padres, Hacia La Patria, Los

Símbolos Nacionales Y El Estado”, de José Miguel Salazar; “Estereotipos Nacionales En Habitantes De Una Zona Marginal De Caracas”, de Eduardo Santoro; “El Diferencial Semântico Em La Medición De Actitudes” de Miguel Salas e Rogelio Diaz-Guerrero; “Obediencia Y Algunos Correlatos De Personalidad Psicosocial” de Geraldo Marin e Eduardo Correa, entre outros (Marín, 1975, p.7-8).

Vários daqueles estudos, de acordo com Tomanik (2001), apenas se preocupavam em descrever ou mensurar os fenômenos abordados; outros iam um pouco além e buscavam avaliar a existência de correlações entre os fatores ambientais e características ou processos individuais e coletivos.

Para este autor, através da análise dos temas abordados naqueles estudos, é possível perceber, em linhas gerais, a presença daquilo que Lane (1984) caracterizou como “(...) a tradição pragmática dos Estados Unidos, visando alterar e/ou criar atitudes, interferir nas relações grupais para harmonizá-las e assim garantir a produtividade do grupo” (p.10). Ao mesmo tempo, trabalhos como o primeiro listado, já apontavam na direção contrária.

Neste período que foi o de tentativa de deselitização e da aproximação da psicologia à realidade concreta das pessoas, de acordo com Freitas (1998), os direcionamentos sobre “*o quê, como e com que orientações teórico-metodológicas o trabalho deveria ser desenvolvido*” (p. 87), passaram a ficar em segundo plano, pois o mais importante no momento era que a psicologia se estabelecesse com compromisso político junto aos setores populares, tal qual outras áreas de conhecimento já estavam trabalhando.

Miriani (2004) pautada nos estudos de Montero complementa dizendo que a abordagem da psicologia centrada no paradigma tradicional das ciências naturais, era insuficiente para responder aos problemas que se apresentavam nos países da América Latina como a fome, a miséria, o subdesenvolvimento, entre outros. As autoras ressaltam que os problemas locais impulsionaram alguns teóricos a pensar sobre novas possibilidades que fossem mais condizentes com a demanda da América Latina, e a considerar a existência de um caráter empobrecido e limitador da Psicologia Social de então.

Comprometidos com as lutas populares em seus países, alguns profissionais se preocuparam em propor e relacionar as atividades científicas com o objetivo de

transformação social, e ao repensarem suas formas de atuação, a pesquisa participante foi introduzida, já evidenciando uma implicação diferenciada destes pesquisadores em relação à realidade pesquisada (Obergh, 2007).

Segundo Freitas (1998), alguns importantes representantes deste movimento são: “Ignácio Martín-Baró em El-Salvador, Maritza Montero na Venezuela, Irma Serrano-Garcia em Porto Rico, Teresita Cordero e Ignacio Dobles na Costa Rica, Enrique Saforcada na Argentina, Silvia Lane no Brasil, entre outros” (p.92).

Com as novas possibilidades, os objetivos de alguns profissionais no Brasil, comprometidos com a melhoria das condições de vida da população, se direcionaram para a construção de uma proposta de uma psicologia social transformadora, tendo os pressupostos históricos como um de seus mais importantes fundamentos. Lane (1984) situa a Psicologia Social dentro da nova perspectiva:

É dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que vamos encontrar os pressupostos epistemológicos para a construção de um conhecimento que atenda à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo e que permita uma intervenção efetiva na rede de relações sociais que define cada indivíduo - objeto da Psicologia Social (p.15-16).

A Psicologia Social, nesta nova perspectiva, concebe o homem como produto e produtor de sua história e de suas condições sociais, capaz de transformar o ambiente em que vive e de transformar-se, como parte do mesmo processo.

Martins (2007) afirma que, pautada nesses pressupostos, no processo de apropriação e nova concepção de homem, a historicidade é resgatada por Sílvia Lane, transformando em forma qualitativa o olhar sobre os fenômenos sociais, sejam eles individuais ou coletivos.

Em vários artigos e capítulos de livros esses pressupostos permeiam a reflexão: a natureza social do homem; a materialidade do psiquismo humano; o papel ativo do ser humano na produção da história da humanidade; a totalidade histórico-social enquanto expressão das múltiplas determinações do fenômeno; a historicidade (Martins, 2007, p.7).

A possibilidade de se pautar em referenciais teóricos que permitissem a compreensão dos determinantes históricos dos fenômenos, seu impacto no cotidiano e as repercussões psicossociais na vida das pessoas, ia se concretizando nas tentativas de realizações de trabalho da psicologia, em situações variadas e em diferentes contextos comunitários.

Oberg (2007) baseada nos estudos de Freitas, destaca que as novas práticas da psicologia precisavam ser desenvolvidas na comunidade, além dos consultórios e escolas, com trabalhos objetivando a deselitização da profissão e aproximação com as condições reais de vida da população.

A década de 1980 para Freitas (1998) é o período que se caracteriza pelas discussões científicas e a atuação do psicólogo em comunidade. Também por ser “um período em que as práticas da psicologia em comunidade *vão saindo do campo da clandestinidade e marginalidade acadêmica e social*” (p.87).

Com essa expansão, psicologia na comunidade, psicologia da comunidade, psicologia comunitária, são termos que passam a ser adotados em diversos lugares. Nesta década também são criadas, oficialmente, possibilidades de trabalho do psicólogo nas unidades e postos de saúde, porém, suas práticas refletiam a descontextualização com a realidade cotidiana, pois a sua formação acadêmica era influenciada pelos modelos importados, apesar do enfrentamento com um número grande de pessoas advindas de setores pobres e explorados da população (Freitas, 1998, 2001).

Esta autora afirma que psicologia comunitária passa a ser a denominação que vários profissionais passam a adotar em seus trabalhos, debates e reflexões, explicitando a prática da psicologia social atrelada ao compromisso político e evidenciando as críticas às teorias descontextualizadas e psicologizantes em que outros profissionais se pautavam.

Para Lane (1996) e Freitas (1998), a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em meados dos anos 80, se tornou ponto fundamental para a constituição de uma psicologia social, histórica, crítica e realmente comprometida com a realidade das pessoas.

A partir da organização da ABRAPSO, foram criados núcleos e regionais nos estados, que passaram a realizar Encontros regulares para discussões e reflexões sobre a realidade, a prática e o compromisso político da psicologia social, “(...) tendo por objetivos a troca de experiências e, principalmente, o de não cometer os mesmos erros” (Lane, 1996, p.19).

Oberg (2007) aponta que, nesses Encontros, profissionais, professores e pesquisadores foram tratando de temas relacionados à realidade concreta das pessoas, psicologia e comunidade, experiências em saúde, política, processos grupais, trabalhos sobre violência, história da psicologia social, identidade, consciência, ecologia, entre muitos outros.

No final dos anos 80 a denominação Psicologia Social Comunitária surge no contexto acadêmico e vai adquirindo visibilidade, força e passa ser reconhecida. A década de 1990 se caracteriza pela atuação mais efetiva do psicólogo nas instituições, especialmente às ligadas aos movimentos de saúde coletiva. O trabalho ainda se expande por vários setores e instituições como conselhos tutelares, varas de infância e família, sindicatos profissionais, instituições asilares, entre outros (Freitas, 1998, 2001).

Ainda a partir dos anos 90 ocorre a ampliação do chamado Terceiro Setor (as ONGs – Organizações Não-Governamentais), bem como os trabalhos comunitários que à partir das demandas institucionais, vão estruturando a atuação dos profissionais.

No entanto, a autora nos alerta que os trabalhos eram pautados em vários referenciais teóricos e metodológicos, refletindo inúmeras diferenças, mas reconhecidos sob a mesma denominação de psicologia comunitária. Possivelmente para distinguir entre estas práticas e as da chamada Psicologia Comunitária norte-americana, de cunho assistencialista, ela prefere utilizar a denominação Psicologia da Comunidade, mas lembrando que esta inclui práticas que se diferenciam.

Para ela, o fato de se aproximar, estudar, fazer contato através de entrevistas, coletar informações a respeito da população dos setores pobres e marginalizados da sociedade, não autoriza o uso da denominação Psicologia Social Comunitária, pois esta, para além da descrição e observação dos fenômenos, ou seja, da pesquisa, prevê processos de intervenções baseados no compromisso político de mobilizar as pessoas com as quais se trabalha na busca de transformações, e assim se fortaleçam para a luta cotidiana, visando a transformação das condições da população (Freitas 1998).

Por isto, Freitas (1998) reserva a denominação *Psicologia Social Comunitária* àqueles trabalhos que utilizam o “(...) enquadre teórico da psicologia social, privilegiando os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos” (p.73).

Freitas (2001) esclarece que:

(...) mais do que um detalhe semântico, a expressão “Psicologia Social Comunitária” pretende sintetizar uma opção político-profissional por um tipo de prática e pela produção de um conhecimento teórico coerente a essa prática, opção essa partilhada e desenvolvida a partir das experiências em trabalhos comunitários, já desde os anos 60 e 70, envolvendo um grupo de psicólogos e pesquisadores latino-americanos. Eram profissionais insatisfeitos com as explicações psicologizantes e a-históricas produzidas em sua profissão, com as alianças da psicologia para com os setores dominantes e com o escasso envolvimento da profissão para com a realidade concreta da população de seus países (p. 61).

Campos (1996) também acentua que o princípio fundamental que difere as práticas a-históricas e as de cunho histórico, é justamente a possibilidade de mudança social, que é o que define e diferencia a Psicologia Social Comunitária. Para esta autora,

Mudança social é o ponto que marca profunda diferença entre essas duas vertentes da psicologia comunitária, do ponto de vista epistemológico, político e ideológico. Na psicologia comunitária norte-americana a concepção de mudança está acoplada à modernização dos setores atrasados e pobres, visando sua adaptação ao capitalismo avançado e na psicologia comunitária latino-americana, a mudança é concebida como transformação de uma sociedade exploradora e, portanto, como fonte de revolução socialista ou cidadã (p. 46-47).

Freitas (2001) esclarece, ainda, a respeito da Psicologia Social Comunitária:

(...) trata-se de um tipo de intervenção psicossocial, acontecida em uma variedade de contextos e dinâmicas comunitárias e que teve um nascedouro intimamente ligado às premissas epistemológicas do campo marxiano, em termos de compreensão do caráter sócio-histórico do homem, situando-o como produto e produtor da história individual e coletiva, assim como considerando-o como um importante ator social nos embates e conflitos presentes nas

relações de classe (...) com vistas à construção de uma existência mais justa e digna, a começar nas relações cotidianas concretas (p.56).

É possível dizer, no decorrer dessas quatro décadas, segundo Freitas (2007), que as práticas comunitárias já apresentavam um fazer diferenciado da psicologia em comunidade, possibilitando ressaltar quatro aspectos:

- 1º) todas as práticas se direcionavam no sentido de conhecer a realidade concreta das populações e se orientavam por um tipo de Psicologia Social, Nacional e Latino-Americana;
- 2º) de alguma forma o compromisso político favorecendo setores populares era explicitado nos trabalhos;
- 3º) a postura de ligação necessária com outras áreas do conhecimento era defendida;
- 4º) e as teorias psicológicas que se apresentavam reducionistas e a-históricas e que predominavam, infelizmente, na formação dos psicólogos, eram criticadas.

Esta autora também aponta que em relação à outras práticas em comunidade a Psicologia Social Comunitária se diferencia em três aspectos:

- 1º) concomitante à sua proposta de transformação social, a Psicologia Social Comunitária toma para a si também uma ação pedagógico-formativa, pois deve apresentar um caráter preventivo na implementação de projetos políticos para que os resultados sejam de mudanças na vida diária das pessoas;
- 2º) além de desenvolver ações pontuais e específicas quando os problemas estão apontados, deve-se ter o cuidado de não perder de vista a perspectiva da historicidade presente em um projeto político da sociedade;
- 3º) os trabalhos devem ser executados em parceria com outros profissionais e outros psicólogos, direcionados aos “processos de conscientização e participação constituídas na rede da vida cotidiana e comunitária” (Freitas, 2007, p.336).

Freitas (2001) define que a referência teórica da Psicologia Social, crítica e histórica, é a base de sustentação das práticas neste campo de produção de

conhecimento, sendo sua concepção a do homem social e histórico, em constante construção e movimento, afetando e sendo afetado de forma dialética no ambiente em vive.

Apesar de apresentar uma trajetória marcada por várias atribuições de significado, esta autora relata que a Psicologia Social Comunitária saiu da clandestinidade e depois de muitas discussões sobre a sua especificidade, no momento atual dispõe de elementos sólidos que permitem e contribuem para sua consistência como referencial teórico-metodológico.

Nesta trajetória, a Psicologia Social Comunitária, teve e tem o comprometimento com a deselitização da psicologia quando suas práticas favorecem não somente um maior número de pessoas em diferentes contextos, mas também quando possibilita a reflexão crítica sobre o cotidiano a ser transformado.

No cotidiano, como afirma Freitas (1998), tem se observado um número significativo de profissionais que se posicionam como psicólogos comunitários. Segundo ela, isto não deixa de ser importante “(...) para revelar que não é mais possível ficar longe das problemáticas que estão invadindo o cotidiano das pessoas. No mínimo, poder-se-ia falar em uma certa sensibilização e aproximação destes profissionais para com a vida cotidiana da maioria da nossa gente” (p.94).

Os debates, especialmente nos anos 60 e 70, que giravam em torno das formas de organização e de participação popular, e hoje dão mais ênfase a como encontrar caminhos para construir e defender os direitos humanos no cotidiano das pessoas, como aponta a autora:

(...) de processos de organização e mobilização políticos passou-se a falar em comportamento político, em processos psicossociais presentes na participação e ação cotidianas, e em processos de conscientização na vida cotidiana. De temáticas ligadas à cidadania, ampliou-se o debate para questões ético-afetivas, presentes nas relações cotidianas e na construção da subjetividade. De estudos sobre a ação da pobreza e miséria na vida das pessoas, ampliaram-se as tentativas de compreensão dos fenômenos como alienação psicossocial, adoecimento psíquico, binômio saúde/doença, sentimento de desalento, impotência, conformismo e fatalismo nas relações” (Freitas, 1998, p.91).

Sem deixar de considerar as singularidades que a trama das relações sociais faz incidir sobre as pessoas, pode-se dizer, pautada nesta autora, que o trabalho da Psicologia Social Comunitária, além da dimensão individual, viabiliza o trabalho na dimensão com os grupos e suas relações, direcionando-se às ações e relações cotidianas, à história cotidiana, com o compromisso de possibilitar a conscientização e mobilização para a participação de ações coletivas.

Assim, o trabalho da Psicologia Social Comunitária se organiza a partir das necessidades apresentadas pela população e, através da participação dos setores populares envolvidos é que os objetivos do trabalho se tornam claros e são estabelecidos, tendo sua continuidade sempre com anuência da população. Para Freitas (1998),

A marca diferenciadora (...) dá-se na medida em que os objetivos são delimitados dentro de um *processo decisório participativo*, em que tanto profissional como comunidade e seus representantes, estabelecem relações horizontais de discussão, análise e definição sobre as problemáticas a serem consideradas e as possibilidades de resolução e/ou enfrentamento para as mesmas (Montero, 1994; Serrano-Garcia, 1992). Neste processo, os dois – psicólogo e comunidade – não estão definidos e muito menos tem suas identidades e papéis fixos, imutáveis e preservados” (p. 6).

Em relação à comunidade e seus representantes ou locais de atuação da Psicologia Social Comunitária, Góis (1993) aponta que “(...) o campo de atuação é o lugar/comunidade, espaço geográfico, social e econômico, político e simbólico, significativo e básico da vida em sociedade, tanto rural como urbano” (p.15).

A dinâmica da comunidade e em suas relações não pressupõe equilíbrio; para Freitas (1998), ao contrário, as contradições existem, mas o importante é deparar-se com a diversidade e a complexidade, pois são nelas que reside a possibilidade para o desenvolvimento do sentimento comunitário e da solidariedade, portanto, *a priori* a comunidade não existe, sendo esta uma construção e que conta inclusive com o próprio trabalho a ser desenvolvido com o profissional e em parceria com as pessoas.

Deparar-se com o desencantamento e a impotência das pessoas no seu cotidiano; com as possibilidades de aproximações ou distanciamento que fazem em relação ao mundo e aos projetos políticos, como se nada tivessem a ver com a sua vida particular e privada; com as crenças e as possibilidades que vêm sobre novas alternativas e modos de ação a serem encontrados, são algumas temáticas que têm assolado e atravessado as relações comunitárias, nos diversos âmbitos, durante o desenvolvimento dos trabalhos em comunidade. Analisar estas condições, através dos aportes da Psicologia Social e Psicologia Política, contribui para encontrar elementos que fortaleçam o desenvolvimento dos trabalhos comunitários, tornando-se possível identificar os processos psicossociais que fazem com que as pessoas, em nosso tempo e sociedade, estejam cada vez mais, por exemplo, acreditando em alternativas e saídas de nível privado, legitimando assim um *modus vivendi* que fortalece formas individuais de relacionamento em detrimento da construção de redes solidárias de convivência (Freitas, 1998, p. 103).

Trabalhar nos pressupostos da Psicologia Social Comunitária é ir além da perspectiva individual e voltar-se ao trabalho com grupos e suas relações, sempre atento sobre como os fenômenos psicossociais afetam de forma particular as pessoas, segundo esta autora.

O trabalho comunitário não se caracteriza como trabalho assistencialista, tampouco se pauta em explicações reducionistas e psicologizantes. Ao contrário, o seu comprometimento é com as populações menos favorecidas, iniciando e trabalhando com e através das relações cotidianas, contribuindo para a mobilização e conscientização de ações visando à coletividade, ou seja, possibilitar a construção da história cotidiana com condições mais dignas, humana e ética de se viver, como afirma Freitas (1998),

(...) considerando os aspectos apontados até aqui, trabalhar dentro da proposta de uma **Psicologia Social Comunitária**, com projetos de intervenção e pesquisa, em comunidade, é trabalhar na perspectiva dos processos psicossociais que atravessam a vida cotidiana das relações estabelecidas por pessoas concretas historicamente, atores e autores do seu tempo (p.100).

Portanto, de acordo com Góis (1993), a Psicologia Social Comunitária se estabelece através de seus estudos e intervenções, confirmando que o sujeito é a própria realidade social e histórica, e num movimento dialético é protagonista entre a construção e o vir-a-ser nesse processo, além de sofrer influência do processo cultural no qual está inserido, podendo este sujeito ser compreendido em um,

(...) modo de vida social, numa estrutura social de classes e num determinado espaço histórico, geográfico, social, cultural, econômico, simbólico, portanto, ideológico. Vive mergulhado numa rede de interações sociais complexas (além do interpessoal e do grupal) de uma sociedade determinada (Góis, 1993, p.14).

Um dos elementos relevantes no contexto da Psicologia Social Comunitária é a intervenção, que visa possibilitar mudanças significativas em relação às diversas condições de vida da população e construção da cidadania, não bastando apenas à observação e descrição da realidade (Freitas, 2001). Além de considerar categorias conceituais de análises como consciência, identidade, atividade-trabalho, afetividade-emoção, grupo-poder, esta preocupação favorece o desenvolvimento de propostas de pesquisas participantes.

Neste sentido, pode-se compreender este campo de conhecimento como uma área de pesquisa ou investigação e simultaneamente de intervenção. Esta autora relata que ao mesmo tempo em que ocorre a intervenção, os conhecimentos são construídos e produzidos, contribuindo para as produções na área de conhecimento e retornando-os à realidade da população.

Trata-se de uma pesquisa como prática interventiva na qual os diferentes participantes se re-significam, ou seja, uma prática de transformação mútua, já que entre a comunidade e o pesquisador, um se torna estímulo para o outro, tanto para ensinar quanto para aprender.

Nesta interação entre pesquisa e intervenção, Campos (1996) aponta que a preocupação ética e política do campo da Psicologia Social Comunitária orienta-se no sentido de possibilitar a transformação social e pessoal de maneira contextualizada, participativa e de forma preventiva através de discussões e reflexões sobre os problemas cotidianos e da dinâmica de interação entre comunidade e pesquisador.

Busca-se através dessa interação o desenvolvimento de uma consciência crítica, a ética da solidariedade e trabalhos de auto-gestão em cooperativas, possibilitando uma práxis direcionada à realidade com resultados concretos e à produção de conhecimentos.

Segundo Campos (1996), os pressupostos da Psicologia Social Comunitária estabelecem compromissos com o desenvolvimento comunitário, estimulando para que a comunidade exercite sua participação nas decisões e nos encaminhamentos de propostas nas quais sobressaiam o seu lugar e papel nas relações cotidianas, que podem ser construídas de forma mais digna e com mais qualidade.

Algumas características dos trabalhos comunitários desenvolvidos com objetivos de intervenção voltados à mudança social são apontadas por Freitas (1998), e que segundo ela, foram reunidas a partir de várias práticas desenvolvidas:

- ser um *trabalho coletivo*, envolvendo grupo de profissionais;
- é dirigido, orientado e balizado pelas necessidades e demandas coletivas da população, que podem ter incidências e reflexos na vida particular das pessoas;
- *lida com grupos* e, por isso mesmo, enfrenta dificuldades derivadas das características de *espontaneidade* dos grupos, *variação na quantidade* e composição dos seus membros, *avanços e retrocessos* existentes nas diversas reuniões grupais, *distanciamento* que vai sendo criado entre as lideranças e os demais; *hierarquias internas* e fontes de poder diversificados que se alteram continuamente; e dificuldades e *distorções comunicacionais* acontecidas nas reuniões;
- necessita de um *conhecimento contínuo e atualizado* sobre a dinâmica e a vida comunitárias, cujas alterações vão imprimindo novas diretrizes para o trabalho;
- admite a *possibilidade de mudança* como elemento presente: mudança de estratégias, objetivos, problemáticas a serem trabalhadas e alternativas adotadas;
- traz, quase que a todo momento, *questionamentos* sobre a importância e viabilidade do trabalho, assim como a própria identidade e especificidade do profissional de psicologia;

- não possui um *tempo* previsto para o seu *término*, dependendo da avaliação da comunidade (Freitas, 1998, p. 7-8).

A partir dessas considerações, a prática em comunidade implica o desenvolvimento de um trabalho que difere e se caracteriza como um desafio, em relação aos seguintes aspectos:

(...) à forma de inserção do psicólogo em comunidade; o tipo de relação que estabelece com vistas ao desenvolvimento do trabalho, deslocando ou alterando o eixo das decisões no processo de intervenção psicossocial; a maneira como são encontrados e efetivados os encaminhamentos para os problemas enfrentados; e a maneira como concebe o fenômeno/objeto do seu trabalho (Freitas, 1999, p. 109).

Quanto à forma de inserção, esta autora nos alerta que se não houver mediação institucional para a inserção do psicólogo nos trabalhos em comunidade, esta dependerá especialmente da construção de contatos e conhecimentos naquele contexto, de pessoas-chave que pertencem à comunidade, ou mesmo de tentativas que o próprio profissional deverá articular para conhecer a comunidade.

Aponta também para o fato de que em qualquer caso, seja pela mediação institucional ou demanda da comunidade, sempre haverá a possibilidade de recusa, rejeição ou ainda adiamento da prática deste profissional, devido aos vários interesses e estruturas de poder que se encontram presentes na dinâmica comunitária.

Segundo ela, essas dificuldades de inserção do profissional derivam do fato de que todos são vistos como portadores de conhecimentos: comunidade/grupos comunitários e profissionais possuem diferentes conhecimentos sobre os diferentes aspectos da realidade.

Oberg (2007) nos adverte que a comunidade e seus participantes não são objetos a serem conhecidos e explorados, ao contrário, “(...) devem ser reconhecidos enquanto sujeitos com um saber a ser valorizado” (p.42), superando assim a dicotomia sujeito-objeto na pesquisa.

Uma forma de inserção do profissional que é importante ressaltar é quando o contato e a entrada do psicólogo é construída na comunidade a partir das necessidades que vive a população, e assim os objetivos do trabalho são definidos *a posteriori*. Neste

tipo de inserção, e que importa destacar, é que a definição do quê e como fazer ocorre a partir de discussões e com a participação conjunta da população (Freitas, 1998).

Nesse sentido Freitas (1998) ressalta que a importante diferenciação se dá quando os objetivos são definidos em um “*processo decisório participativo*” (p. 5), já citado, estabelecendo relações horizontais de discussão, análise e definição entre profissional e comunidade, sobre as necessidades e/ou problemáticas e suas possibilidades de enfrentamento.

Quanto às estratégias utilizadas e/ou construídas nas práticas desenvolvidas neste processo, elas direcionam-se para seis aspectos importantes e esta autora aponta que embora exista uma variedade de estratégias e/ou instrumentos para as práticas em comunidades, algumas delas encontram-se presentes e se tornaram imprescindíveis para a busca de propostas de ações comunitárias, além de serem indicadas a partir das experiências nos trabalhos:

a) o processo de *coleta de informações* sobre a vida, as condições de moradia e sobrevivência, culminando com a recuperação histórica da construção daquela comunidade; b) a *identificação de necessidades* e problemáticas vividas pela população na esfera do cotidiano das relações interpessoais, captando os processos psicossociais que a afetam; c) a detecção dos *modos alternativos* de enfrentamento de problemas encontrados nas relações estabelecidas; d) a *discussão conjunta* com a comunidade e seus representantes sobre as alternativas a serem adotadas, assim como sobre as estratégias para sua viabilização; e) a constituição dos *grupos* para a execução das alternativas; f) a *avaliação contínua* e reformulação dos caminhos adotados em função das necessidades e impedimentos que se apresentarem ao longo do trabalho (Freitas, 1998, p.7).

Importa destacar que o profissional começa um trabalho ininterrupto de observações no contexto natural, a partir do momento que entra em contato na/com a dinâmica comunitária. Esta autora revela que nas observações são utilizados, em grande parte, os diários de campo para registro das informações relevantes à vida cotidiana da comunidade e observações da própria dinâmica e rede existentes, nas quais os membros encontram-se inseridos.

Esta autora ainda propõe que ao contrário de uma descrição objetiva, neutra e livre de impressões do pesquisador sobre os eventos, as observações e avaliações do profissional sobre os acontecimentos, sua dinâmica, natureza e impactos provocados e um conhecimento ampliado sobre o contexto comunitário, são de máxima importância para o desenvolvimento dos próximos passos para os trabalhos.

Dessa forma, o profissional amplia suas condições de coletar informações, conhecimentos, além de preservar o contexto histórico-social em que foram gerados, através de sua participação efetiva, mesmo que em alguns momentos, nas relações comunitárias formais e informais, como festas, reuniões, cultos religiosos, grupos de jovens, grupos de idosos, bares, entre outros. Essa participação facilita a identificação da vivência dos diferentes grupos na comunidade, que poderão se tornar eixos de discussões e análises (Freitas, 1999).

Além da utilização do diário de campo para registro e análise, outros instrumentos são utilizados ou construídos de acordo com o desenvolvimento dos trabalhos como entrevistas, visitas, recuperação da história de constituição da comunidade através de fontes vivas, resgate de documentos, encontros não programados, registros de acontecimentos e/ou episódios significativos das pessoas e comunidade (Freitas, 1998, p.7).

Souza (2005) nos apresenta outras estratégias que podem ser utilizadas, como a implantação de funções não-hierarquizadas para realização de algumas ações; “(...) a valorização do âmbito local, relacionando-o sempre à esfera regional e internacional; utilização de técnicas diferenciadas do verbal, tais como as artes (imagens, música, teatro, vídeo); a promoção da autoconfiança nos representantes das camadas populares” (p.67); também a recuperação dos saberes e tradições populares do passado para utilidade no presente, entre outros.

Assim, conforme o contexto os procedimentos podem ser repensados e modificados, de acordo com esta autora. Além disso, ela expõe que o trabalho não preza somente os sintomas das problemáticas sociais, mas sim a transformação do contexto que contribui para a geração desses problemas.

Outro diferencial das orientações e compromissos filosófico-políticos nas práticas psicológicas em comunidade é a análise das necessidades. Para a Freitas (1998), este diferencial deverá estar presente, pois é o que permitirá a construção de propostas de ações de enfrentamento e resistência frente aos problemas cotidianos das pessoas.

Esta autora também sugere que o pesquisador deve exteriorizar a sua posição ético-política diante do sofrimento psicossocial, já que na perspectiva da Psicologia Social Comunitária o mito da neutralidade científica não domina mais os nossos discursos.

Oberg (2007) pautada nos estudos de Zamora sobre a posição ético-política, chama atenção para o fato de que o sofrimento humano faz parte da história dos homens e que o sentido do trabalho comunitário é reatar os elos entre as esferas essenciais da nossa existência. Para as autoras, a Psicologia Social Comunitária não privilegia somente uma forma de trabalho e nem deve dar a impressão de que as ações são improvisadas, desconsiderando as regras metodológicas.

Ao contrário, as intervenções nos trabalhos comunitários podem ocorrer de inúmeras formas, sempre de acordo com a comunidade. Pode-se trabalhar das dinâmicas de grupo à formação de cooperativas, de várias oficinas como artesanato e artes à literatura com poemas e leituras, das músicas aos passeios de reconhecimento pela cidade, do teatro às técnicas de relaxamento, com o resgate da história da comunidade, do lugar da comunidade.

Pode-se ainda trabalhar com várias junções dessas formas e com várias técnicas de pesquisa participante. Além disso, trabalha-se com o Desejo, questão fundamental, que nos leva a buscar, participar, trabalhar, amar...e resistir...resistir às misérias e violências que permeiam nosso cotidiano. Trabalha-se com o que é possível, com o que se revela, com as demandas da comunidade, com suas necessidades, com o que se pede nas outras faces que podem surgir para além da demanda inicial.

Ter a visão do homem como sujeito da história, compreendendo que indivíduo e grupo, homem e sociedade são indissociáveis, nos possibilita pensar o trabalho comunitário nas mais variadas formas, imprescindíveis para a atuação do psicólogo nos mais diferentes contextos.

A promoção de novas formas de subjetividade na comunidade, a possibilidade de construir novos significados, novos sentidos, novos registros diante do sofrimento humano, faz parte do trabalho da Psicologia Social Comunitária, segundo Oberg (2007). O grande desafio deste campo do conhecimento é “(...) que o profissional construa, junto com as populações desfavorecidas, projetos que fortaleçam uma posição ético-política frente ao sofrimento psicossocial” (p.48).

1.2 Fundamentos da Psicologia Social Comunitária

Segundo Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado (2007), Silvia Lane nos deixou muitos desafios, pois a sua visão é de que não existe separação entre conhecimento e intenção prática em relação ao objeto, e que portanto, um dos nossos desafios deve ser o de avançar nas pesquisas sobre a forma como os indivíduos se implicam ou não com sua própria realidade, sendo este também o compromisso ético de quem se dedica à Psicologia.

Entre diversos atores, Silvia Lane foi uma das pessoas que se destacou frente à condução de pesquisas e elaborações conceituais que são identificadas como Psicologia Social Sócio-Histórica. Os fundamentos epistemológicos, metodológicos e ontológicos da Psicologia Social Sócio-Histórica são advindos do materialismo histórico e dialético, o que possibilita abordar os fenômenos sociais e psicológicos em sua historicidade (Bock et al, 2007).

Segundo Freitas (2001), os pressupostos da Psicologia Social Sócio-Histórica ou Psicologia Social, crítica e histórica, são a base de sustentação das práticas no campo de produção de conhecimento que é a Psicologia Social Comunitária, sendo sua concepção a do homem social e histórico, em constante construção e movimento.

O desenvolvimento de seus trabalhos se encontra também atrelados a conceituações de “(...) *ideologia, processos de formação de consciência e construção da identidade social; às interações, relações cotidianas e processos grupais; às expressões e construções culturais e populares; à linguagem, emoção e afetividade*” (Freitas, 1998, p. 103).

Esta autora esclarece que, segundo Silva Lane, em relação às categorias de análise deve-se ter o cuidado de:

(...) - analisar a consciência socialmente construída, eliminando-lhe os aspectos estritamente reducionistas e naturalizantes, presentes nas teorias psicodinâmicas;

- empregar a categoria identidade, em substituição ao conceito personalidade, e considerando-a como parte necessária de um processo dialético de construção da subjetividade humana;

- encontrar na categoria atividade, advinda de Leontiev, o correlato para a psicologia social do conceito trabalho da proposta marxista;
- acrescentar às análises microestruturais dos processos psicossociais os elementos emocionais, como mediações fundamentais presentes no processo de construção da identidade e da consciência sociais;
- lidar com fenômenos de base empírica, através da linguagem, utilizando-a como um elemento de mediação entre o objetivo e o subjetivo, entre a atividade e a consciência, entre o sentido pessoal do saber-se pertencente a um momento histórico e a um processo grupal e a significação social do estar sendo participante de um processo grupal;
- compreender o processo de construção dos fenômenos psicossociais, como identidade e consciência, objetivando fortalecer as possibilidades de participação crítica das pessoas no seu cotidiano concreto, dentro de parâmetros éticos voltados para a construção da cidadania (Freitas, 1996, p.74).

Bock et al (2007) pautados nos estudos sobre as categorias psicossociais desenvolvidas por Silvia Lane, afirmam que esta autora aponta que, para além de um reconhecimento cognitivo do contexto social existe a ligação do indivíduo com esse contexto.

A unidade dialética existente entre subjetividade e objetividade é que possibilita o desenvolvimento de valores morais, éticos e estéticos. Assim, não é possível separar indivíduo e sociedade, pois uma pessoa se constitui em uma síntese do particular e do universal. Segundo Lane (2002), “sua individualidade se constitui, necessariamente, na relação objetiva com seu meio físico, geográfico, histórico e social que irão, através de suas ações, desenvolver o psiquismo humano constituído fundamentalmente pelas categorias: consciência, atividade e afetividade” (p.12).

Essa compreensão de que indivíduo e sociedade encontram-se em constante movimento e que tem por base as contradições do processo histórico favorece as possibilidades de transformação da realidade social em que o sujeito participa (Bock et al, 2007).

Podemos também compreender as categorias e o movimento dialético existentes entre o processo de subjetivação e objetivação através das conceituações de Vygotsky e Leontiev, entre outros, que adotam a relação dialética existente entre indivíduo e sociedade. No próprio processo de objetivação do mundo, o indivíduo objetiva-se.

O sujeito se constitui em sua singularidade através de sua relação com o meio em que vive. Suas preferências, seus desejos e seus gostos são produzidos no plano da subjetividade, porém, podem ser instituídos ou pressionados pelo plano objetivo. “Os significados dos dados processam-se através de ações e pensamentos da pessoa concreta, a qual se individualiza e se subjetiva, na medida em que está imersa na objetividade do mundo que a cerca e onde ela atua” (Schevinsky, 2005, p.74).

Esta autora pontua que o sujeito reconstrói, de forma singular e individual, os modos de ação realizados no meio externo através da internalização de suas experiências, fornecidas pelo meio objetivo, aprendendo a organizar os próprios processos mentais, ancorando-os em seus recursos já internalizados e subjetivados.

Portanto, o processo de internalização das experiências que ocorrem durante toda a vida e a sua importância na constituição do indivíduo, bem como as trocas que são realizadas nos contextos sociais e culturais, tornam-se imprescindíveis para a constituição e transformação do ser humano.

Asbahr (2005) afirma que, Vygotsky ainda em seus primeiros estudos, sugere que o princípio explicativo da consciência se dá através da atividade socialmente significativa, sendo sua construção de fora para dentro, através das relações sociais. Em relação aos estudos do desenvolvimento do psiquismo, os psicólogos soviéticos colocam o conceito de atividade como um de seus princípios fundamentais.

Para a psicologia soviética, as categorias consciência e atividade formam uma unidade dialética. O estudo da consciência requer estudar as relações vitais dos homens, as formas como estes produziram e produzem sua existência por meio de suas atividades (Asbahr, 2005, p.110).

Leontiev, segundo esta autora, foi quem sistematizou o conceito de atividade relacionando-o à estruturação da consciência. Assim, a atividade se torna a base objetiva das realizações concretas do sujeito e o trabalho um fator essencial para o desenvolvimento das funções mentais.

“A atividade fundamental dos homens é o seu trabalho” (Leontiev, 1991, p.63). Este autor coloca que o desenvolvimento histórico-social, o acúmulo das experiências, as conquistas do desenvolvimento que se consolidam e são transmitidas de geração em geração, são experiências exclusivas do homem.

Quando nos referimos ao trabalho, a sua compreensão é de uma atividade transformadora, que é inerente ao gênero humano, segundo ele, pois este só existe a partir do homem, já que desde a sua origem ele é um processo mediatizado ao mesmo tempo pelos relacionamentos sociais e pelos instrumentos.

Leontiev (1991) aponta que foi Karl Marx que primeiramente fez uma análise científica desta atividade. De acordo com ele, em um processo de produção está contida a atividade humana, tanto mental quanto material, pois em um extremo a atividade se manifesta como produto e em outro se manifesta como ação, movimento. Esse processo de transformação, diz o autor, ocorre na produção da objetivação das capacidades humanas, que são manifestas pelas conquistas histórico-sociais da espécie.

“O trabalho constitui a atividade humana mais relevante na definição do sentido da existência humana, pois a sua vida se articula ao redor do trabalho”, segundo Martins (2003, p.205). É ainda através do trabalho pessoal ou coletivo, que o tempo e a distribuição de outras atividades se organizam, assim como as atividades grupais, e dessa forma a categoria atividade se estabelece com uma dimensão importante em relação ao processo grupal.

O uso de instrumentos é uma atividade social; o homem os utiliza em sua atividade laboral, com o intuito de dominar a natureza e possibilitar sua sobrevivência individual e coletiva e, dessa forma, amplia as possibilidades de transformação de sua realidade. A partir do momento que todos passam a utilizar um instrumento, este deixa de ser propriedade de quem inventou e passa a pertencer a toda a humanidade. É pela atividade social e através dela que os indivíduos relacionam suas ações e compartilham conhecimentos entre si (Libâneo e Freitas, 2007).

No cerne da teoria da atividade está a concepção marxista da natureza histórico-social do ser humano explicada nas seguintes premissas: 1) a atividade representa a ação humana que mediatiza a relação entre o homem, sujeito da atividade, e os objetos da realidade, dando a configuração da natureza humana; 2) o desenvolvimento da atividade psíquica, isto é, dos processos psicológicos superiores, tem sua origem nas relações sociais do indivíduo em seu contexto social e cultural (p.4).

Leontiev (1991) explicou também que a atividade se concretiza por meio de ações, operações e tarefas, promovidas pelas necessidades e motivos contidos na própria

relação do sujeito com o objeto, sendo sempre um fenômeno ativo. Para ele, uma atividade se diferencia de outra pelo seu objeto e se concretiza nas ações dirigidas a este objeto.

Deste modo, a atividade humana não pode existir a não ser em forma de ações ou grupos de ações que lhes são correspondentes. A atividade laboral se manifesta em ações laborais, a atividade didática em ações de aprendizagem, a atividade de comunicação em ações de comunicação e assim por diante (Libâneo e Freitas, 2007, p. 4).

Assim, se a atividade existe através das ações, são os instrumentos que possibilitam ao homem o desenvolvimento dessas ações que transformam os objetos segundo suas necessidades, e assim ocorre a transformação do psiquismo através do uso desses instrumentos, favorecendo o controle de suas ações e de seu pensamento. “A internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana; é a base do salto qualitativo da psicologia animal para a psicologia humana” (Vygotsky, 1989, p.65).

Além da atividade, Molon (2000) diz que Vygotsky ressalta a função e o papel da linguagem na consciência humana,

(...) O sujeito é constituído pelas significações culturais, porém a significação é a própria ação, ela não existe em si, mas a partir do momento em que os sujeitos entram em relação e passam a significar, ou seja, só existe significação quando significa para o sujeito e o sujeito penetra no mundo das significações quando é reconhecido pelo outro. A relação do sujeito com o outro sujeito é mediada (Molon, 2000, p.16).

Esta autora coloca que o sujeito se constitui através das significações culturais ao mesmo tempo em que é constituinte de significações sociais. A relação social é favorecida e sustentada pela mediação dos signos, pois o que possibilita a comunicação entre as pessoas é o processo de significação – significado e sentido.

Este processo, em uma determinada realidade social é refletido pela linguagem; é a cultura sendo compartilhada, através das significações que os sujeitos estabelecem em suas relações sociais. Essas significações, segundo Molon (1997) podem

transparecer nas diversas dimensões do sujeito, no falar, no seu pensar, no sentir, no criar, no desejar, na forma de agir...

Bock et al (2007) afirmam que Sílvia Lane alertou sobre os aspectos ideológicos que se encontram presentes na construção dos significados e a partir desta preocupação desenvolveu a compreensão da linguagem como tendo um papel de mediadora no processo de desenvolvimento da consciência, destacando o lugar social ocupado pelo indivíduo e às determinações históricas às quais ele está sujeito.

Neste movimento, na participação do sujeito em atividades compartilhadas com outros e em seus relacionamentos interpessoais é que o sujeito internaliza as formas sociais estabelecidas e incrementa seu funcionamento psicológico. O processo de conscientização de si mesmo e dos fenômenos que acontecem ao seu redor ocorre ao longo da vida. É a consciência em desenvolvimento contínuo desde o seu nascimento.

Schewinski (2005) aponta que, por um lado “(...) a base objetiva das realizações concretas do sujeito é a atividade”, já que o trabalho também é de grande importância para que as funções mentais se desenvolvam, por outro lado complementa pautada nos estudos de Ciampa que “(...) a expressão subjetiva da atividade dá-se nas definições de papéis” (p.74).

Esta autora afirma que a consciência tem sua formação iniciada já no nascimento, e que é na relação com os demais que o sujeito se constitui em sua singularidade. É na relação do eu com o outro que nos constituímos e nos reconhecemos.

O estabelecimento desse modo singular de cada um de nós, que é construído na relação eu com o outro, se dá em um movimento dialético permeado também pela afetividade, ou seja, inclui mas vai muito além do reconhecimento cognitivo.

O ser humano é um todo fisiologia e psicologia e são manifestações de uma mesma totalidade. Assim como as funções fisiológicas estão integradas, também as psicológicas interagem, desenvolvendo funções psiconeurológicas superiores que ampliam a capacidade humana. Em síntese, ele é produto de um longo processo histórico, no qual as mediações das emoções, da linguagem, do pensamento e dos grupos sociais constituem a subjetividade: consciência, atividade, afetividade e identidade (Bock et al, 2007, p.3).

Novo (1998) diz que o homem se constitui através da linguagem, e isso supõe uma convivência. Assim, ela afirma que somente através de uma emocionalidade existente nas relações é que a convivência pode se efetivar, pois “(...) o modo de vida humana está alicerçado nesse processo interconstituente entre emoção e linguagem” (p.70).

Para Novo (1998), a partir das implicações que o sujeito tem com o objeto, atribui um sentido pessoal e avalia constantemente os significados sociais dos objetos, e mesmo que muitas vezes a dimensão afetiva não seja conceitualizada nas diversas experiências do indivíduo, ela está sempre presente.

Schewinsky (2005) aponta o caráter social que as emoções possuem pois, os significados e conteúdos emocionais se fazem presentes, mesmo que de forma implícita, nas palavras. Segundo esta autora, Lane busca em Agnes Heller os argumentos para esclarecer o caráter social das emoções dizendo que “(...) os sentimentos são como figuras de fundo e significam que uma pessoa está implicada com algo ou alguém e este fato pode se constituir desde emoções simples até sentimentos mais complexos que irão constituindo, então, a personalidade do sujeito” (p.74).

É possível, dessa forma, constatar que as emoções possuem uma natureza mediacional na constituição do psiquismo humano: “(...) elas estão presentes nas ações, na consciência e na identidade (personalidade) do indivíduo, diferenciando-se social e historicamente por meio da linguagem” (Schewinsky, 2005, p.74).

Os afetos então se fazem presentes nos desejos, nas motivações, nas ações e atividades, possibilitando que a personalidade e a singularidade do ser humano se constituam. Na relação de trocas entre a atividade, a consciência e a afetividade é que pode-se dizer que a identidade se desenvolve no psiquismo.

Lane (2002) diz que a identidade é outra categoria que faz parte de nosso psiquismo, e é desenvolvida a partir deste processo de mediação e interação. A socialização possibilita que a identidade vá se desenvolvendo à medida que o indivíduo se apropria dos universos simbólicos do mundo e consegue transformar os fenômenos interpsicológicos em intrapsicológicos.

Para Ciampa (1984), a identidade não é dada, ela vai se “dando num contínuo processo, ou seja, sendo re-posta” (p.66).

Outro autor, Furtado (2002), evidencia a dimensão social da identidade, pois “ela é ao mesmo tempo definida pelo sujeito e atribuída a ele pelo outro. A identidade é

o momento em que o sujeito é ele e a forma como é representado socialmente o seu próprio eu” (p.98).

Esta dimensão de representação social refere-se ao relacionamento do sujeito com o grupo ao qual pertence, às suas experiências, à forma como é avaliado pelo outro ao desempenhar um papel, sendo “(...) a atribuição de algumas características personalógicas, etc, no qual um sujeito avalia nossa expressão e nos atribui elementos de identidade que, por sua vez, passarão a fazer parte de nosso repertório” (Furtado, 2002, p.98).

Ciampa (1984) refere-se à identidade como um processo de metamorfose, um movimento contínuo de interação entre objetividade e subjetividade, que se constitui na relação do sujeito com sua história de vida, concomitante a um processo contínuo de mudanças.

Há um espraiamento da subjetividade e se a consciência-de-si tem o indivíduo como *locus*, por sua vez a identidade está presente no indivíduo e fora dele produzindo um *continuum* que coloca a categoria *identidade* como ponto de ancoragem do campo subjetivo do indivíduo e ao mesmo tempo como a construção social do sujeito. É portanto uma categoria de ligação entre a subjetividade no plano da singularidade do sujeito e a subjetividade social (Furtado, 2002, p.99).

Michel e Michel (2006) relatam que a partir da identidade ocorre o processo que a Psicologia Social chamou de socialização, sendo este o processo em que o homem internaliza ou se apropria do mundo social, de suas regras, normas, valores, modos de representar os objetos e circunstâncias que compõe a realidade objetiva.

As autoras afirmam ainda, baseando-se nos estudos de Bock, que a identidade não é algo pronto e acabado, ao contrário, as mudanças que ocorrem na história de vida do sujeito, em suas relações sociais, em suas situações sociais, fazem com que o processo seja contínuo na busca da definição de si mesmo.

Lane (1996), diz que, se buscarmos o resgate da subjetividade do ser humano, necessariamente a identidade se encontra implicada, pois é uma categoria que possibilita conhecermos o indivíduo em sua singularidade e que se expressa em termos afetivos e motivacionais, através das relações que o sujeito estabelece com os outros.

Segundo esta autora, a linguagem considerada como ferramenta essencial para o estabelecimento das relações com os outros e que constituirá os conteúdos da consciência, possibilitará, através do registro das suas mediações, analisar as três categorias fundamentais – atividade, consciência e identidade.

Estas relações sociais, que também são desenvolvidas por meio das atividades, sofrem influências e mediações das emoções e podem se constituir sugere a autora, em conteúdos inconscientes que se farão presentes tanto na consciência como na atividade e na identidade.

Com base nestas informações, podemos abordar, agora de forma mais específica, dois processos que serão importantes para a realização de nosso trabalho: a Consciência e a Identidade.

1.2.1 Consciência

A compreensão de consciência aqui adotada é a de Vygotsky. Desenvolver o conceito de consciência não foi tarefa fácil para este autor, de acordo com Leontiev (1996). A consciência, para Vygotsky, deve ser compreendida como processo e como produto. Inicialmente ela é a relação da criança com seu meio, transformando-se mais tarde na relação da pessoa consigo mesma.

A consciência do homem se reconstitui ativamente a partir de interpretações e de suas relações com o meio em que vive, pois sempre novas interpretações são criadas. Dessa forma, sua consciência se altera na medida em que produz uma nova interpretação da realidade externa, pois a realidade não é refletida na consciência e sim reconstituída. Assim, o homem ao atribuir sentidos e significados às coisas, possibilita que realidade e consciência se reconstituam cotidianamente e como processos interdependentes.

Vygotsky ainda, de acordo com Oliveira (1992), concebe a consciência como “organização objetivamente observável do comportamento, que é imposta aos seres humanos através da participação em práticas sócio-culturais” (p.78).

Segundo esta autora, Vygotsky utilizou o termo consciência para explicar a relação dinâmica de interfuncionalidade entre afeto e intelecto.

Ainda de acordo com a autora citada, o termo função mental nas formulações vygotksyanas refere-se a processos como pensamento, memória, percepção e atenção; ele diferenciou “funções mentais elementares” como atenção involuntária, e “funções mentais superiores”, como atenção voluntária e memória. Ponto fundamental para a concepção de Vygotsky sobre as funções mentais e em especial as funções mentais superiores, é o fato de que não podemos compreender nenhuma delas separadamente.

Além disso, o autor não dissocia interesses e inclinações pessoais (aspectos afetivo-volitivos), do ser que pensa (aspectos intelectuais). Sentimentos, pensamentos e vontade estão relacionados, assim como todas as funções psicológicas.

Segundo Vygotsky (1989, p.129),

(...) O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último ‘por que’ de nossa análise do pensamento.

Palangana (2001) coloca que Vygotsky salienta o papel ativo da consciência que capacita o homem a planejar, atuar e transformar a sua realidade através do trabalho.

Oliveira (1992) pontua que, Vygotsky destaca a dimensão social da consciência como fundamental e a dimensão individual como sendo derivada e secundária, já a internalização, ou seja, o processo de construção de um material intrapsicológico a partir de um material interpsicológico, produto das relações ou interações sociais, é o mesmo processo de formação da consciência.

Para ele, o processo de internalização não é simplesmente uma cópia da realidade externa em um plano interior pré-existente, antes e mais do que isso, é um processo, que em sua essência, desenvolve um plano interno da consciência.

Vygotsky explica que, “a internalização das atividades socialmente enraizadas e historicamente desenvolvidas constitui o aspecto característico da psicologia humana” (1989, p.65), e conclui que é através das relações sociais que o sujeito mantém com o mundo exterior, em sua atividade prática, que devemos buscar a compreensão das origens das formas superiores de comportamento consciente.

De acordo com Oliveira, (1992, p. 78),

(...) a consciência humana, que é resultado de atividade complexa, e cuja função se relaciona com a mais alta forma de orientação no mundo circundante e com a regulamentação do comportamento, formou-se ao longo da história social do homem durante a qual a atividade manipuladora e a linguagem se desenvolveram, e seu mecanismo exige a íntima participação dessas.

Segundo Vygotsky (1989), as operações com os signos proporcionam a internalização de formas culturais de comportamentos e envolve a reconstrução da atividade psicológica que nos orienta e regula o comportamento. Para ele os signos, em todas as suas manifestações concretas, referem-se a desenhos, escrita, leitura, a utilização do sistema de números, etc. Além disso,

(...) a invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher, etc) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho (p. 59-60).

O instrumento para Vygotsky (1989) se constitui em um meio que o homem utiliza para exercer a atividade física, como meio de controle e domínio da natureza, já o signo se constitui em um meio de controle da atividade interna do próprio indivíduo, de seu comportamento.

Falar é o comportamento da utilização de signos mais relevante no decorrer do desenvolvimento do homem. Vygotsky (1989) esclarece que através da fala,

(...) a criança se prepara para a atividade futura; planeja, ordena e controla o próprio comportamento e o dos outros. A fala também é um exemplo excelente do uso dos signos, já que, uma vez internalizada, torna-se uma parte profunda e constante dos processos psicológicos superiores; a fala atua na organização, unificação e integração de aspectos variados do comportamento (p. 143).

Para Oliveira (1992), a linguagem, além de desempenhar o importante papel de codificadora e decodificadora das informações, e também de atuar como

regulamentadora do próprio comportamento do homem, possibilita que ele realize tanto a mais simples forma de reflexão da realidade, assim como as mais altas formas de regulamentações de seus comportamentos.

Isso tudo ocorre a partir das impressões que chegam até a ele, advindas do mundo exterior, e que ele próprio analisa e as recodifica de acordo com as categorias que apreendeu de seu meio e de suas relações, que são resultado das experiências históricas da humanidade.

Lane (1984) diz que no decorrer do processo histórico e no desenvolvimento da consciência social do homem é a coletividade que produz os significados que são atribuídos às palavras, e assim os significados vão sendo processados e transformados por meio de atividades e pensamentos dos homens, para serem individualizados, tornando-se singulares, próprio de cada sujeito.

De acordo com Palangana, apesar de cada fenômeno psicológico apresentar sua especificidade, nenhum deles pode ser compreendido de forma isolada da atividade concreta do homem, pois é por meio da atividade que “o homem constrói, historicamente, seu psiquismo, sua consciência, seu pensamento, enfim, sua existência enquanto homem” (2001, p.123).

Segundo ela, tanto a consciência humana quanto a linguagem, nascem e se desenvolvem a partir do e no processo de trabalho. Portanto,

(...) a linguagem é produto da atividade prática conjunta dos homens e, nesse sentido, ela é real, concreta, objetiva, existindo tanto para os outros como para o sujeito em particular: graças à linguagem, a consciência individual de cada ser humano não se restringe à experiência pessoal e às próprias observações, uma vez que, com a aquisição da linguagem, o conhecimento de todos os homens pode tornar-se propriedade de cada um, enriquecendo, por conseguinte, a consciência individual (Palangana, 2001, p.102-103).

Com o desenvolvimento da consciência o homem se torna capaz de formular intenções complexas, de preparar programas complexos de ação, de adequar e subordinar seu comportamento a estes programas, e mais do que isto, é capaz de fazer comparações entre as ações que executou e seus objetivos iniciais, e assim, avaliar e corrigir seus erros.

A consciência representaria, assim, um salto qualitativo na filogênese, sendo o componente mais elevado na hierarquia das funções psicológicas humanas. Seria a própria essência da psique humana, constituída por uma inter-relação dinâmica, e em transformação ao longo do desenvolvimento, entre intelecto e afeto, atividade no mundo e representação simbólica, controle dos próprios processos psicológicos, subjetividade e interação social (Oliveira, 1992, p.79).

Como explica Molon (1997), a consciência se constitui na interação social, na construção dialética entre o Eu e o Outro e com o mundo,

(...) o autoconhecimento implica primeiramente o reconhecimento do outro, isto é, temos consciência de nós porque temos dos demais, por que nós somos para nós o mesmo que os demais são para nós, nos reconhecemos quando somos outros para nós mesmos (Molon, 1997, p.25).

Portanto, é pela relação com o outro que as interações sociais tornam-se essenciais na constituição da consciência, não somente as interações realizadas de forma direta entre as pessoas, mas também aquelas que ocorrem de forma intersubjetiva, anônima. Através do desenvolvimento da consciência os homens tornam-se capazes de atribuir racionalidade e sentido às suas ações e de refletir sobre as mesmas.

Para Novo (1998, p.76), “o desenvolvimento da consciência do ‘eu’, corresponde ao processo de diferenciação de suas formas de pensar, agir e sentir. Esta consciência constitui-se sempre como consciência social, portanto, tem seu fundamento na trama das relações sociais”.

A consciência, como veremos a seguir, é uma das bases para a constituição da identidade.

1.2.2 Identidade

Para Freitas (2006, p.62), “a identidade seria aquilo que define o ser”, e se constitui nas nossas interações com os diversos grupos dos quais fazemos parte, a partir

das interações, no relacionamento entre as pessoas e com as diferentes experiências vividas ao longo da vida, no contato com o grupo, na representação de papéis que assumimos no decorrer da vida, papéis estes que se modificam ou se estabelecem pelas próprias mudanças e superações que surgem e se fazem necessárias.

A criança ao ser concebida vem para um mundo já constituído e apropria-se da realidade social. Em seu processo de desenvolvimento começa a atribuir um sentido individualizado ou pessoal às significações sociais e em um movimento constante de vir a ser vai se constituindo, em conjunto com os demais, sua identidade (Freitas, 2006).

Esta autora pontua que, já desde o início, nossa identidade vai sendo moldada pelas ações e interpretações de outros, que nos atribuem nome, sobrenome, apelidos, nos ensinam ou impõem o uso de determinadas roupas, comportamentos, a adoção de certas ações, entre outras e inúmeras determinações. Embora não de forma passiva, interiorizamos o que os outros nos atribuem, e de tal maneira que tudo aquilo passa a ser nosso. O nome, por exemplo, nos é dado por outros, porém, com o tempo funde-se a nós e se torna um símbolo de nós mesmos.

“(…) Nosso nome nos identifica e com ele somos identificados” (Freitas, 2006, p. 62).

Segundo Ciampa (1984), a família é o primeiro grupo do qual fazemos parte e, a não ser em casos diferenciados, é ela quem nos nomeia. Em nossa cultura, o que nos diferencia dos nossos familiares é ou são os nossos primeiros nomes (prenome) e o que nos iguala é o último (sobrenome). Com isto, já temos estabelecida uma primeira noção de identidade, que simultaneamente nos iguala e diferencia.

Através de suas relações, das diversas necessidades e atividades, o ser humano vai buscando outras formas de predicções, se apropriando e significando vários papéis. Freitas (2006) diz que por meio de suas relações e da mediação da linguagem, o homem vai dando sentido a um universo de significados que o constitui como sujeito, ao mesmo tempo em que constitui sua identidade pessoal.

Assim, a identidade vai se constituindo na própria ação do homem. Ele é quem faz, que sente e que pensa, sempre implicado nas relações sociais.”(…) Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito” (Ciampa, 1984, p. 67).

De acordo com este autor, essa multiplicidade de possibilidades faz com que o homem seja capaz de criar sentido para o mundo em que vive, pois essa capacidade lhe

permite mudar caminhos, traçar objetivos, capaz de alterar a sua “pré-destinação” por meio de ações que realiza com outros homens. Dessa forma, o processo de constituição da identidade deve ser visto como um “se fazendo” e não como algo “feito” e “acabado”. Na criação de sentidos para o mundo, a subjetivação é construída por um universo de significados e é isso que possibilita o “ser”.

Ciampa (1984) também aponta a identidade como processo de metamorfose, no sentido de lutar pela emancipação. Segundo ele, encarnamos diferentes personagens no decorrer da vida e quando nos apropriamos de um ou alguns deles, possibilitamos outras formas de compreender a nós mesmos, de nos autodefinirmos, isto é, geramos uma emancipação, possibilidade para outra forma de compreensão de nós mesmos.

As transformações que ocorrem em nossa vida vão configurando nossas identidades, tanto em nossa história de vida, em um passado construído pelas atividades, quanto através de nossos objetivos, em um projeto de vida a ser alcançado a partir de um desejo, ou seja, para afirmar quem sou e quem gostaria de ser, é necessário que eu desenvolva a competência para falar e agir com autonomia.

Pedro (2005) baseado nos estudos de Ciampa afirma que,

(...) a identidade representa e engendra sentimentos que o indivíduo desenvolve a respeito de si e que é construída socialmente, a partir de seus dados pessoais, sua história de vida e de seus atributos conferidos por si mesmo e pelas outras pessoas, acompanhando o movimento deste no mundo social (p. 110-111).

Assim, cada indivíduo, na trama de suas relações sociais, busca configurar sua identidade pessoal. O mesmo autor conclui que,

(...) pensar a identidade implica resgatar as atividades e o processo de consciência do indivíduo. Implica nas mudanças processadas em sua história pessoal e em suas relações. A identidade é um processar contínuo da definição de si mesmo, das representações deste e de seu “estar” no mundo. É portanto, movimento e dialética (p.111).

A identidade como categoria constitutiva do psiquismo se desenvolve no processo de interação que ocorre através das relações que se estabelecem entre os grupos sociais nos quais o homem participa, necessariamente, segundo Bock, Ferreira, Gonçalves, Furtado (2007), para garantir a sua sobrevivência, mas que também

possibilita que ele aprenda a linguagem produzida por esta sociedade e desenvolva o seu pensamento, os afetos e sentimentos.

Os autores, pautados nos estudos de Silvia Lane, afirmam que, o desenvolvimento do psiquismo é um processo constante e que ele se constitui na vida concreta do homem, através de suas ações, suas vivências, suas experiências individuais e também de suas relações sociais.

“(…) Então, eu – como qualquer ser humano – participo de uma substância humana, que se realiza como história e sociedade, nunca como indivíduo isolado, sempre como humanidade” (Ciampa, 1984, p.68). Este autor coloca que um grupo existe objetivamente através das relações que os homens estabelecem entre si e com o meio em que vivem, ou seja, com as relações estabelecidas e em suas inúmeras formas de agir, pensar, trabalhar, sentir, etc.

Entender o movimento de consciência dos indivíduos, que se dá em relação às atividades que eles desenvolvem em interação com outros indivíduos, conhecer os processos grupais que produzem as identidades pessoais e ao mesmo tempo produzem um sentido “nós”, através da cooperação e da compreensão de determinantes histórico-sociais é a tarefa que compete à Psicologia, tornando a sua práxis em um movimento de conscientização social e de atividades transformadoras da sociedade (Martins, 2007, p.7).

A Psicologia Social Comunitária, por sua vez, representa a possibilidade de uma práxis transformadora, de forma que as atividades comunitárias também tenham o objetivo de educar e desenvolver a consciência social de grupos de convivência os mais diversos: desenvolver através da comunicação e cooperação relações sociais efetivas, sem dominação de uns sobre os outros e com o desenvolvimento de atividades planejadas em conjunto ao bem comum.

Que possamos dessa forma enfrentar o desafio que Sílvia Lane nos apontou: avançar nas pesquisas sobre como os indivíduos se implicam ou não com a realidade, ou seja, avançar nos conhecimentos em direção à realidade concreta de pessoas que sofrem, que pensam, que trabalham, alegram-se, fazem escolhas, tomam decisões, frustram-se, agridem-se, culpam-se, mobilizam-se, responsabilizam-se, omitem-se, agem, participam, compartilham, amam...

(...) pensar o homem como um agregado de relações sociais implica considerar o sujeito em uma perspectiva da polissemia, pensar na dinâmica, na tensão, na dialética, na estabilidade instável, na semelhança diferente. A conversão das relações sociais no sujeito social se faz por meio da diferenciação: o lugar de onde o sujeito fala, olha, sente, faz, etc. é sempre diferente e partilhado. Essa diferença acontece na linguagem, em um processo semiótico em que a linguagem é polissêmica. Neste sentido, o sujeito não é um mero signo, ele exige o reconhecimento do outro para se constituir enquanto sujeito em um processo de relação dialética. Ele é um ser significante, é um ser que tem o que dizer, fazer, pensar, sentir, tem consciência do que está acontecendo, reflete todos os eventos da vida humana (Molon, 2000, p.17).

CAPÍTULO II

Porto Rico: um pouco da história sobre a ocupação da região das “ricas terras às margens do rio Paraná”

Os homens seguiram os cursos correntes de água ou foram conduzidos por eles, por toda parte. Através desses caminhos líquidos povoaram o mundo com as marcas indelévels da história humana. Às margens dos rios floresceram e se arruinaram cidades, impérios, leis, religiões. O Sidarta, de Hesse encontrou nas vozes do rio o fim da sua busca e o acesso ao Nirvana. Os fenícios fizeram dos rios seus mercados. Os egípcios, nos deltas do Nilo, edificaram uma civilização que ainda hoje guarda segredos. Rio é ao mesmo tempo algo universal, porque existem rios em todo lugar, e particular, porque individualizado pela relação que com ele estabelecemos histórica e culturalmente. O que significa dizer que a cultura se esboça na água que ele correntemente oferece. Os rios são como documentos feitos de água, como se fossem pergaminhos meandrados por um mar de signos (Souza Neto, 1997, p.74).

Agostinho e Júlio Jr. (1999) apontam que o Rio Paraná é considerado um dos mais importantes do Brasil, pois se constitui em um dos rios principais pertencente à bacia do Plata. É considerado como “(...) o décimo maior do mundo em descarga (50.108 m³ ano⁻¹) e o quarto em área de drenagem (28.106 km²), drenando todo o centro-sul da América do Sul, desde as encostas dos Andes até a Serra do Mar, nas proximidades da costa atlântica” (p.374). É também o segundo maior rio em extensão da América do Sul.

Canesso, Pinese, Aledo Tur e Andreu (2009) baseados nos estudos de Agostinho e Gomes (2005) afirmam que o rio Paraná é o décimo rio mais longo do planeta com um total de 4.695 km. Segundo os autores, a bacia do rio Paraná se localiza nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, área que concentra grandes centros urbanos,

industriais e agrícolas, se constituindo numa região altamente explorada no país, além de demarcar a fronteira entre os países Brasil e Paraguai.

Segundo Agostinho e Júlio Jr. (1999) e Agostinho e Gomes (2005), entre as grandes bacias da América do Sul, a bacia do rio Paraná é a mais represada. É a única área do rio Paraná, no Brasil, que ainda não se encontra represada, ou seja, em que não há barragens de hidrelétricas, sendo esta área, o trecho que se estende entre a foz do Rio Paranapanema e o início superior do reservatório da Hidroelétrica de Itaipu.

Como nesse trecho não há represamento, o rio Paraná mantém em suas margens e ilhas uma grande extensão de planícies inundáveis. Com isso, os períodos de cheia fazem com que os rios da região avancem sobre as planícies, trazendo em suas águas muitos nutrientes que auxiliam na fertilização do solo e levando consigo matéria orgânica em decomposição, que serve de base alimentar para as diversas espécies aquáticas da região (Sponchiado, Eidt e Tomanik, 2002).

Nesta planície, situam-se a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, o Parque Estadual do Ivinheima e o Parque Nacional de Ilha Grande, segundo dados do Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura da Universidade Estadual de Maringá – (NUPÉLIA).

Por possuir uma considerável variabilidade de habitats aquáticos e terrestres, este sítio ainda conserva uma grande diversidade de espécies terrestres e aquáticas. Os pulsos de inundação são considerados a principal função de força que regula a estrutura das comunidades e o funcionamento deste tipo de ecossistema. Muito embora alterados razoavelmente pela operação da cadeia de reservatórios de montante, os ciclos hidro-sedimentológicos ainda respeitam certa sazonalidade, contribuindo para a manutenção de várias espécies a ele adaptadas (Agostinho & Zaleswski, 1996; Thomaz et al., 1997 citados em NUPÉLIA, p. 1).

Em razão da biodiversidade neste ambiente, importantes ecossistemas se constituem com seus processos característicos, possibilitando um crescente interesse sobre as áreas de estudo da ecologia, situação sócio-econômica e sanitária (Bercini e Tomanik, 2006). Devido à sua extensão alagável, os estudos nessa área são importantes não somente pelos aspectos físicos e biológicos, mas também pelas comunidades humanas que vivem nesse espaço.

O trecho da bacia do rio Paraná em que se desenvolveu o município de Porto Rico, encontra-se na região noroeste do estado do Paraná e apresenta uma média de 1.500 metros de largura e 28 km de margens, compreendendo a divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul e apresenta a formação de várias ilhas e praias naturais.

De acordo com informações do site rede de Turismo Regional em que se concentram informações de doze cidades da região, o nome Porto Rico surgiu, na época, em razão das suas belezas naturais, pela facilidade de acesso à navegação e o transporte de cargas pelo rio Paraná e também pela diversidade e fartura de pesca.

Segundo Rosa (1997), a história da colonização moderna dessa região iniciou-se em 1889 através da doação de uma grande quantidade de terras da província do Paraná, que o governo imperial concedeu à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG), que na época era subsidiária da Brazilian Railways Company, com o compromisso de colonização da região num prazo de 50 anos.

O processo de ocupação das áreas próximas ao rio Paraná iniciou-se na década de 1920, com a instalação de fazendas, que futuramente se tornariam as principais cidades da região.

Rosa (1997) esclarece que em razão da Revolução de 1930 muitos contratos não foram cumpridos pela CEFSPRG, o que fez com que as terras antes doadas para as companhias privadas retornassem ao Estado e fossem repassadas para uma companhia inglesa e que após sua nacionalização passou a denominar-se Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e promoveu uma ocupação mais efetiva da região.

Imigrantes principalmente vindos dos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, segundo Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002), em razão de um projeto de exploração econômica que se efetivou através do comando do Governo do Estado do Paraná, ocuparam e se fixaram na região de Porto Rico na década de 1950. Esse projeto tinha como principais objetivos a ocupação e a preparação de grandes áreas de terras, divididas em lotes menores destinados ao cultivo do café.

Segundo Fernandes (2009), o processo de ocupação das terras, que de forma freqüente é sinalizado como um modelo de sucesso foi, na verdade, um processo conflituoso e marcado por muitas disputas de terras pelos grileiros e posseiros que já haviam se instalado na região antes do repasse das terras para a Companhia de Terras.

A cultura do café foi a principal responsável por tornar a Região Noroeste em grande pólo produtivo. Próxima às margens do rio Paraná, as áreas colonizadas se localizavam entre os rios Paranapanema e Ivaí, ocorrendo à formação das colônias e

tendo o café como base de cultivo. Devido as terras da região serem propícias à cafeicultura, essa região passou a ser conhecida como um “Novo Eldorado”, segundo Fernandes (2009).

Como parte deste clima de otimismo, os municípios que foram criados na região, na década de 1960, receberam denominações como Porto Rico, Terra Rica, Diamante do Norte, Paraíso do Norte, entre outros. Além da cultura do café e do algodão herbáceo, a criação do gado bovino esteve presente na região desde as origens da criação da colônia Paranavaí em 1939.

A propagação de terras propícias ao cultivo que aparecia na publicidade das companhias loteadoras, promoveu expectativas e atração nas pessoas que vinham para a região, que buscavam se estabelecer, visando realizar o sonho de possuir a própria terra e, assim, poder plantar e colher para a própria subsistência e a mando próprio (Rosa, 1997).

Esta autora esclarece que de meados da década de 40 até meados dos anos 60, a margem esquerda do rio Paraná, entre os rios Paranapanema e Ivaí, teve uma ocupação agrária baseada na lavoura de café associada a outras culturas. Aponta também que, da colônia Paranavaí ocorreu o desmembramento de 20 municípios, o que indica um grande afluxo de pessoas que ocorreu na década de 50.

Na tentativa de evitar a queda dos preços do café no mercado internacional, o governo federal incentivou a redução da cultura cafeeira devido a uma superprodução ocorrida entre 1955 e 1965. Este fato, como aponta Rosa (1997), foi responsável pela erradicação de “(...) 62 milhões e 807 mil cafeeiros, liberando áreas para a introdução das pastagens plantadas” (p.381), nas regiões de Paranavaí e Umuarama.

Na década de 1970, o incentivo à substituição da cultura cafeeira pelas pastagens e pela agricultura mecanizada proporcionou sérios conflitos à Região Noroeste do Estado, pois muitas famílias que amparavam seus sustentos no cultivo do café e em outras formas de cultura associadas a este perderam seu sustento, já que a pecuária e a forma de cultivo mecanizado necessitava de pouca mão-de-obra, em comparação ao cultivo do café. (Fernandes, 2009).

Muitas famílias que foram desapropriadas das terras em que trabalhavam se transferiram para os Estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia, segundo Rosa (1997). Esse êxodo regional resultou numa retirada de aproximadamente 20% da população dos municípios próximos ao rio Paraná, com a expulsão de mais de 67.000 habitantes.

Rosa (1997) afirma as ilhas da região tiveram sua ocupação mais intensa na década de 70, devido às transformações na agricultura e expansão da pecuária, que provocaram a expulsão de pequenos produtores, proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros dos municípios próximos ao rio Paraná.

Os ilhéus, de acordo com Silva e Bellini (2008), praticavam o cultivo para o sustento da família e sem fins lucrativos, de milho, arroz, feijão, mandioca e banana. Além disso, o desenvolvimento da pesca artesanal foi outra forma encontrada para a subsistência familiar.

No entanto, em razão das enchentes ocorridas em 1982 e 1983, que alagou casas e plantações, atingindo as ilhas, fazendo com que muitas famílias perdessem praticamente toda plantação e seus animais de criação, surgiram novos conflitos, pois não havia condições de absorver a mão-de-obra na região, com a expulsão dos ilhéus (Rosa, 1997).

Esse cenário contribuiu, segundo Fernandes (2009), para que o governo recorresse à implantação de projetos de assentamento para essa população marginalizada.

Segundo ele, algumas famílias retornaram às suas posses e regiões ribeirinhas após o período de cheia, mas poucas alternativas de trabalho restaram para as que tiveram que se estabelecer no continente. As alternativas que se apresentaram foram o trabalho assalariado em algumas empresas de extração de areia ou em propriedades agrícolas; o trabalho como bóias-fria ou volantes nos períodos das culturas; e a pesca que em razão da implantação das barragens construídas ao longo do rio e pelas transformações ambientais, já se apresentava escassa.

As construções das barragens e o desmatamento acentuado das margens e das ilhas para a criação de gado têm transformado o ambiente natural, “(...) inclusive o ciclo hidrológico, o que se reflete na redução dos estoques pesqueiros. Isto tem afetado intensamente os pescadores da região, que já não conseguem mais garantir subsistência da família” (Bercini e Tomanik, 2006, p.71-72).

Com o aumento das áreas de pastagens e transformações econômicas, Tomanik (1997) aponta que a cultura familiar anteriormente direcionada à subsistência foi substituída pelas atividades especializadas e direcionadas às propriedades capitalizadas. Este autor aponta ainda que para uma grande parte da população ribeirinha, apenas a pesca tornou-se uma possibilidade de atividade relativamente independente.

A população ribeirinha, além de ter suas áreas reduzidas para o plantio de culturas, foi afetada pelas leis ambientais. De acordo com Fernandes (2009), uma das leis é sobre a proteção das ilhas que deve ser priorizada, exigindo a retirada dos habitantes das ilhas e proibindo qualquer tipo de cultura e criação nas mesmas. Esta lei entrou em vigor depois que boa parte da região foi transformada em áreas de preservação ambiental pelo poder público e que “(...) a lei, ao generalizar a proibição das atividades exercidas nas ilhas, não retira apenas os grandes latifundiários, mas também os ilhéus e sua cultura de subsistência familiar” (p.69).

Através do censo demográfico realizado por Tomanik e Godoy (2004), pôde-se constatar um decréscimo acentuado de 97% do total de habitantes em algumas ilhas, em um período de duas décadas. Já os censos demográficos do IBGE revelam queda das populações dos municípios e de suas zonas rurais, no lado paranaense da região ribeirinha do rio Paraná, e, em contrapartida, um pequeno aumento dos núcleos urbanos.

Através do resgate histórico da ocupação, é possível perceber que todo movimento de chegada à região e efetivação da ocupação das terras se configurou e ainda se apresenta com muitos conflitos, sejam eles de ordem econômica ou social, já que a população menos favorecida foi privada, no decorrer do processo, das atividades que exerciam, como a agricultura familiar e a pesca, tornando quase impossível a realização do sonho das pessoas de adquirir a terra própria e a conquista de sua autonomia.

Sponchiado, Eidt e Tomanik (2002) relatam que, com a preocupação sobre a enorme riqueza natural sendo ameaçada e com a decadência econômica, diversos grupos de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, vem buscando estudar e atuar na região, realizando estudos que envolvem diferentes áreas, inclusive estudos do ambiente e/ou comunidades humanas e suas relações, com os processos de ocupação e de degradação que o ambiente vem sofrendo, e na busca de possibilidades em relação a melhores condições de vida dessa população, por meio da formulação de estratégias que visem não só este objetivo, mas também a conservação e reconstituição ambiental.

Complementando, Tomanik e Godoy (2004) apontam que,

(...) as condições de degradação ambiental vem sendo acompanhadas, na região da planície de inundação do alto rio Paraná, por processos de degradação das condições de vida, ao menos para uma parcela considerável da população. As

condições e a qualidade de vida desta parcela não atingem os mínimos exigidos ou aceitáveis, quer por organismos especializados, quer pela lógica mais elementar e empírica. Isto vem reafirmar, mais uma vez, a necessidade de atuações conjuntas, preocupadas não apenas com a biodiversidade, mas também com aspectos da diversidade social e psicológica na região (p. 214).

2.1 Algumas configurações de uma comunidade chamada Porto Rico:

O ambiente é um nicho, um abrigo no qual o laço se torna lugar – imaginário territorial, onde os objetos naturais ou construídos estão diretamente relacionados com a existência humana (Maffesoli, 1987:52). Assim, a memória se alimenta de uma materialidade, uma espécie de coleção de imagens presentes que a memória lembra e reconstitui em relação ao lugar, objeto ou sentimento. Assim, os elementos da natureza como rios, montanhas, campos, florestas e as construções humanas transformam-se em imagens, caminhos e representações de uma comunidade em sua vida quotidiana (Neto, 1999, p.73).

O município paranaense de Porto Rico localiza-se geograficamente na região noroeste do estado, às margens do rio Paraná, concluindo uma área territorial de 227,024 Km², segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2009) em seu caderno estatístico, e seus limites geográficos são os municípios de Querência do Norte, São Pedro do Paraná, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo e Bataiporã, município este, que pertence ao Estado do Mato Grosso do Sul.

Sá e Tomanik (2000) apontam que a ocupação atual do município se deu na década de 1950 pela empresa José Ebner e Cia., através de migrantes que vinham à procura de terras férteis para o cultivo do café. Nesta época o local se designava como Distrito Administrativo de Paranaíba e em seguida passou a ser Distrito Administrativo de Loanda por força da Lei em agosto de 1956.

Sua instalação como município é datada de 05/07/1963, pela Lei Estadual nº 4.738, mas foi consolidado em 21/04/1964 quando foi desmembrado da Comarca de Loanda e empossado seu primeiro Prefeito Municipal.

Segundo estes autores há 16 ilhas que pertencem ao município, além das praias que se formam no verão. Conta ainda com nove localidades rurais (Três Ranchos, Quatro Ranchos, Ouro Verde, Vila Urubu, Ponte Preta, Miguel Pontes, Comunidade Fazenda Jane, Inácio Franco e Distrito Relíquia do Norte).

Sua população urbana estimada é de 1.641 e a rural de 909, com um total de 2.550 habitantes, segundo dados apresentados no caderno estatístico do IPARDES (2009), e baseados no Instituto Brasileiro de geografia e Estatística - IBGE – Censo Demográfico realizado em 2000. A economia da cidade distribui-se na área de serviços (53,71% do PIB municipal), 44, 09% na área de agropecuária e 2,21% na área industrial (Fernandes, 2009).

A taxa de urbanização do município é de 64,11% segundo Merino (2007). Em relação aos aspectos urbanos, educacionais e de saúde, o município apresenta: 25 estabelecimentos comerciais, seis de serviço e três indústrias (extração de minerais, material de transporte e produção de minerais não-metálicos); uma escola de Ensino Público Municipal e outra Estadual que oferecem vagas para o Ensino de Educação Infantil, Fundamental e vagas para o Ensino Médio; um Hospital Público e uma Unidade Básica de Saúde (Paranacidade, 2005).

Merino (2007) revela que é pequena a área urbana do município e sua constituição apresenta-se com quatro ruas paralelas que perfazem um total de trinta e três quadras que são habitadas pela maioria da população, e dois conjuntos habitacionais, o conjunto Flamingo que é constituído de duas quadras e o conjunto Pôr do Sol com apenas uma quadra, nos quais reside uma pequena parte dos moradores do município. Também há condomínios e chácaras, cujos proprietários são turistas e, portanto, não apresentam moradia fixa em Porto Rico. Esta autora complementa:

(...) se considerados os seus rendimentos e atividades profissionais, há certa homogeneidade espacial no agrupamento das famílias da zona urbana de Porto Rico (TOMANIK et al, 1997). Famílias cujos membros atuam em serviços temporários e de baixa remuneração tendem a habitar os espaços mais distantes da margem do Rio Paraná. As residências mais próximas ao rio são maiores e de alvenaria e ocupadas por famílias cujos membros trabalhadores dedicam-se

a ocupações mais estáveis, que exigem maior qualificação e propiciam melhores rendimentos (Merino, 2007, p.38).

Tomanik e Godoy (2004) demonstram que ocorreu um decréscimo da população dos municípios da região e das zonas rurais e um acréscimo da população nos pequenos núcleos urbanos, através dos censos demográficos realizados.

De acordo com a confrontação dos dados que Tomanik e Godoy (2004) coletaram entre 1993 e 2001, observou-se um crescimento de 25% da população do núcleo urbano de Porto Rico, desenvolvido de forma desigual entre as faixas de idade, com uma variância entre um mínimo de 0,7% na faixa de 10 a 19 anos e um máximo de 80,7% na faixa de 40 a 49 anos. Através dos dados coletados pelos autores é possível afirmar que o total de 64,4% da população local corresponde à população economicamente ativa e 7,3% corresponde à população com mais de 65 anos de idade.

Segundo Fernandes (2009), estes dados sugerem uma tendência da emigração dos jovens para centros urbanos maiores na busca de trabalho mais qualificado, pois em Porto Rico as oportunidades de emprego são poucas, além disso, as que existem giram em torno de trabalho com menos exigência de qualificação e que oferece baixos índices de remuneração.

Este autor ainda aponta que, a possível emigração dos jovens aumenta a proporção de pessoas que se enquadram na faixa de 49 anos ou mais, evidenciando uma população com característica de idade mais avançada.

Os dados coletados de Tomanik, Godoy e Ehlert (1997) apontam neste sentido demonstrando que em cada 10 pessoas em Porto Rico, duas podem ser consideradas idosas, pois a quantidade de pessoas com 50 anos ou mais equivale a 17,4% do total da população. Este total encontra-se além da média nacional apontada pelo IBGE (1992) que é de 14,6%, indicando segundo os autores, que a população mais jovem está deixando a cidade por se encontrarem em melhores condições de enfrentamento em outros mercados de trabalho.

Para Fernandes (2009), os habitantes do município com idade superior a 50 anos podem ser considerados os colonizadores da região. Segundo ele, talvez sejam os pioneiros que em busca da terra prometida teriam vindo a Porto Rico na expectativa de plantar e cultivar para a subsistência e autonomia própria.

Apontam também Tomanik, Godoy e Ehlert (1997), que 16,5% do total de moradores em Porto Rico, independente de serem jovens ou não, são provenientes de

outros locais do estado do Paraná, representando, segundo os autores, um número expressivo de pessoas. Quanto ao gênero, Merino (2007), diz sobre a existência de uma diferença mínima entre os sexos: (50,9% de homens e 49,1% de mulheres), de acordo com dados do IBGE (2000).

Em relação ao estado civil, Fernandes (2009) esclarece que 51,65% dos habitantes são ou foram casados, o que de certa forma pode se apresentar devido à distribuição etária que apresenta por volta de 50% dos habitantes com 25 anos ou mais.

Tomanik e Silva (2007) evidenciam que diferentemente dos grandes centros, os laços afetivos e as relações sociais em pequenas comunidades tendem a ser mais próximos. Não é diferente no caso de Porto Rico, pois o fato das pessoas morarem em conjuntos habitacionais quase sem divisão entre as casas, é possivelmente atrelado a um passado em que as relações familiares valorizavam a amizade e o compadrio, fortalecendo os laços e a solidariedade.

A composição familiar evidencia a existência desses processos de solidariedade social, pois há uma parcela significativa dos moradores que não fazem parte da família nuclear moderna (que se configuraria com pai, mãe, filhos...). Essa parcela da população atingiu 10,2% dos moradores das ilhas (excluídos os sem informações) e apresentou uma oscilação entre 11,4% em 1993 e 11,7% em 2001, dos moradores de Porto Rico (Tomanik e Godoy, 2004).

Sobre os aspectos educacionais, Tomanik e Godoy (2004), em seus estudos esclarecem que quanto aos índices de escolaridade houve uma pequena elevação, pois em 1993 a escolaridade média se aproximava do nível de ensino fundamental incompleto e já em 2001 a média encontrava-se mais próxima do ensino fundamental completo.

Os autores colocam que Porto Rico apresenta, de forma geral, mesmo tendo uma pequena elevação, índices sobre os níveis de educação formal baixos, evidenciando que um contingente significativo de pessoas apresenta um nível de escolaridade abaixo do que normalmente é exigido pelos mercados de trabalhos, específicos de centros urbanos maiores e industrializados e que exigem mão-de-obra mais qualificada.

Sobre as atividades profissionais que a população de Porto Rico desenvolve, Fernandes (2009) aponta que poucas são as ocupações que estão ligadas diretamente ao rio ou à exploração da terra e as que ainda existem estão diminuindo.

As atividades ligadas ao rio como a pesca artesanal ou profissional e/ou de subsistência, em 1993, correspondiam a um total de 7,4% dos moradores, enquanto a

população de pescadores se estabelecia em 5%. Em 2001 houve uma diminuição desta ocupação perfazendo um total de 4,6% dos moradores e a comunidade dos pescadores caiu pela metade nesses oito anos, já que a média da comunidade dos pescadores ocupava 2,5% da população. Evidencia-se que ocorreu uma redução pela metade da proporção da população de pescadores em relação ao total da população (Fernandes, 2009).

Tomanik, Godoy e Ehlert (1997) apontam a redução do índice da população de pescadores dizendo que “(...) em primeiro lugar, o que se percebe é que o rio Paraná, tido como fonte de riqueza, não é fonte direta de trabalho; dentre os grupos de profissões, aquelas ligadas ao rio e à sua exploração são as que ocupam o menor número de trabalhadores” (pp. 403-404).

Quanto às atividades ligadas à terra como a agricultura, estes autores indicam que houve uma redução ainda maior do que as atividades ligadas ao rio. De cada 10 moradores de Porto Rico, em 1993, um mantinha ocupação ligada ao trato com a terra, num total de 10,6% da população. Já em 2001 a proporção apresentou um decréscimo, com um total de 4,4%.

As atividades ligadas ao núcleo urbano, segundo Tomanik e Godoy (2004), como os serviços braçais ou não qualificados para os homens, o trabalho de domésticas para as mulheres e ainda os empregos no comércio e nos serviços públicos, tanto para os homens como para as mulheres, apresentaram uma elevação significativa de 58,8% em relação ao total da população.

Tomanik, Godoy e Ehlert (1997) revelam que a maior fonte de ocupação urbana são os órgãos públicos, pois de quatro trabalhadores da cidade de Porto Rico, um era funcionário de algum órgão público. Os autores evidenciam que são poucas as alternativas de trabalho na cidade e que há uma pequena parcela da população que exerce algum tipo de atividade paralela à principal, correspondendo a um total de 12,7% da população que têm uma segunda fonte de renda, mesmo que de forma eventual.

Os valores de 0,5 a 1 salário mínimo concentram a maior parte da remuneração, correspondendo a 42,6% da população e a tendência é de redução nos ganhos profissionais em toda região, segundo Tomanik e Godoy (2004). As atividades no núcleo urbano possibilitam ainda remuneração que atinge a faixa de rendimento de 1 a 2 salários mínimos.

Godoy (2002) aponta que em relação ao gênero, existe uma diferença nos salários e que de maneira geral as mulheres recebem salários menores do que os homens, tendo a mulher um rendimento médio de R\$ 267,83 e o homem de R\$ 398,32.

De acordo com autora, a cidade de Porto Rico tem a sua população envelhecendo, além de apresentar graves problemas quanto ao emprego e renda da população. Baseados neste e em outros estudos, Tomanik e Godoy (2004) afirmam sobre a necessidade de continuidade de estudos e ações conjuntas que considerem não só os aspectos relacionados à biodiversidade, mas também sobre a diversidade social e psicológica na região.

Os conhecimentos sobre dados demográficos de uma determinada população humana, o tipo de atividades que exercem e as condições de vida e saúde resultantes, são fundamentais para as tentativas de preservação de elementos bióticos e abióticos do ambiente e a busca de condições de vida digna e saudável para aquela população (Tomanik e Godoy, 2004, p.367).

2.2 Caracterização do Grupo de Terceira Idade “Renascer”

(...) ‘O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por eles’. Esta, acredito, é sua tese, Ecléa.[...] Por que temos de lutar pelos velhos? Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara [...]. Mas, se os velhos são os guardiões do passado, porque *nós* é que temos de lutar por eles? Porque foram desarmados. [...] Que é ser velho?, pergunta você. E responde: em nossa sociedade, ser velho é lutar para continuar sendo homem (Chauí, 2001, p. 18).

Esta pesquisa tem como participantes alguns idosos que fazem parte de um grupo de terceira idade, através de um projeto denominado de Centro de Convivência da Terceira Idade de Porto Rico.

A realização deste estudo se deu em razão da possibilidade de dar continuidade ao trabalho realizado através de pesquisa participante junto a este grupo, com o objetivo de compreender como se encontravam as representações sociais dos idosos sobre o envelhecimento e a relação dos mesmos no grupo de terceira idade, pelo aluno integrante do programa de mestrado no ano de 2008, Saulo Luders Fernandes, da Universidade Estadual de Maringá.

Este autor esclarece que a definição deste grupo de terceira idade pode ser a de um grupo reflexivo por dois fatores: em primeiro lugar, por pertencerem a uma comunidade ribeirinha, possibilitando que as pessoas se reconheçam como iguais e com características semelhantes e segundo, por o grupo de terceira idade ter sido criado por iniciativa própria dos integrantes, com vivências de experiências semelhantes a esta faixa etária. E pertencer a um grupo reflexivo foi o critério adotado para a seleção da população de seu estudo.

Neste trabalho Fernandes (2009) identificou que, a maioria dos integrantes deste grupo de terceira idade realizava trabalhos desde a infância, com envolvimento direto com a natureza, sendo portadores de conhecimentos transmitidos de geração em geração, por pertencerem a famílias em que a subsistência ligava-se diretamente aos fenômenos naturais (períodos sazonais de chuva, estiagem, piracema, entre outros), revelando um saber prático sobre a natureza e seus ciclos.

Segundo este autor, baseando-se nos estudos de Diegues (2004), ao identificar esses saberes práticos sobre a natureza através das discussões em seu trabalho com o grupo, ele coloca que este tipo de comunidade que estabelece uma relação direta com a natureza, produzindo um conhecimento prático sobre a mesma e que é transmitido através da oralidade, de geração em geração, constitui-se como uma população tradicional.

Além disso, aponta que este grupo de terceira idade de Porto Rico não se enquadra de forma estrita como parte deste tipo de população, pois atualmente pelo histórico de migração eles encontram-se inseridos no meio urbano, no entanto, ainda resguardam e são portadores de conhecimentos que foram construídos em contato com o rio e a terra no decorrer da vida.

Assim, foi possível obter o histórico do grupo a partir das entrevistas semi-dirigidas que foram realizadas junto com as idosas pioneiras do grupo, no estudo de Fernandes (2009) e através de informações coletadas de documentos e livro de registro

de atividades, bem como de histórias relatadas pelos integrantes do grupo ao longo dos trabalhos neste ano.

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. (Bosi, 2001, p.67. Grifos da autora).

A primeira formação do grupo de terceira idade de Porto Rico é datada de 08 de maio de 1999 e seu primeiro estatuto criado em 01 de maio de 2000. Foi nominado inicialmente de Grupo de Terceira Idade Reviver.

Este grupo de terceira idade se formou por iniciativa dos próprios idosos, que, ao participarem de encontros nas cidades vizinhas, resolveram formar um grupo no próprio município, concretizando a sua formação tendo a Prefeitura Municipal como órgão auxiliador.

Os encontros eram realizados semanalmente no Centro Comunitário do município e a primeira pessoa a coordenar o grupo era uma senhora de aproximadamente 30 anos. A programação das atividades era direcionada por ela, com atividades artesanais como bordado, crochê, costura e pintura. Havia também atividades com danças, jogos interativos, brincadeiras e viagens para encontros em cidades vizinhas.

A participação dos idosos era pequena desde o início, segundo informações coletadas por Fernandes (2009), em pesquisa participante com o grupo e segundo ele, uma das causas que poderia contribuir para que não participassem era porque diziam não gostar de algumas atividades, em especial as ligadas ao artesanato. Apontavam que se fosse para trabalhar eles fariam em casa. Este autor revelou que eles gostavam mesmo era das danças e dos jogos como o dominó.

Apesar de enfrentarem algumas dificuldades, o grupo caminhava e gostavam da coordenadora, pois as atividades não se restringiam somente às atividades artesanais. Diversas atividades foram realizadas, o que possibilitou a arrecadação de dinheiro pelo grupo, para suas despesas e compra de materiais como mesas, cadeiras, utensílios

domésticos, freezer, geladeira, fogão, microondas, entre outros, oportunizando a autonomia do grupo.

Porém, concomitante às mudanças de chefia na prefeitura em razão de eleições, ocorreu o desligamento da primeira coordenadora do grupo, segundo Fernandes (2009). Estas transformações levaram à uma paralisação das atividades do grupo por algum tempo. Lentamente foram retomando as atividades e em 2006 o grupo retornou com grande força, realizando eleição para a composição de uma nova diretoria, com um mandato previsto para um ano. Pela primeira vez uma pessoa do próprio grupo tinha sido eleita.

Um novo estatuto foi criado em 22 de novembro de 2006 e alterado o nome do grupo para “Grupo de Terceira Idade Renascer”, pois segundo informações, havia em uma cidade vizinha um grupo de terceira idade com a mesma denominação. Através do auxílio da Prefeitura, este procura cumprir a política municipal do idoso, conforme a Lei 8.842/94 da Política Nacional do Idoso, e seus objetivos gerais são favorecer a autonomia, integração e a participação do idoso na vida familiar e comunitária.

Em seu estatuto consta que o grupo tem a finalidade de proporcionar a difusão do civismo e cultura, principalmente a Amizade, com companheirismo, podendo realizar reuniões e divertimentos de caráter Social, Cultural e de Lazer, e também apresenta os direitos e deveres dos idosos em relação à organização e manutenção do grupo.

As normas e regulamentos internos da Diretoria e do Conselho Fiscal com seus membros efetivos e suplentes também são apresentados e os mandatos exercidos com prazo de um ano, através de eleição direta. O grupo possui seu registro em cartório e o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, junto à Receita Federal, sendo uma das exigências para o desenvolvimento de projetos que visem verbas do governo Estadual e Federal.

Segundo informações da presidente, eles estão trabalhando junto com a Secretaria de Assistência Social, através de projetos e atividades que arrecadem dinheiro para despesas do grupo em passeios, viagens, entre outros e com o objetivo de construir um Centro que seja especialmente do grupo de terceira idade, pois o Centro Comunitário do Município também agrega outras associações.

As atividades realizadas pelo grupo nos anos de 2006 a 2007, segundo Fernandes (2009), resumiam-se a dois encontros semanais: um de exercícios com ginástica e caminhada, desenvolvidos com um profissional da área de educação física e

outro no qual os idosos jogavam dominó, conversavam e realizavam trabalhos artesanais, ensinados pelas integrantes do próprio grupo.

Os encontros que anteriormente eram realizados semanalmente neste Centro Comunitário, local onde também se encontram guardados todos os materiais que foram comprados com dinheiro arrecadado pelo grupo, passaram a se realizar em um prédio escolar da administração municipal, uma antiga escola, que concentra vários projetos ligados à Secretaria de Assistência Social do município, sendo um local de fácil acesso aos idosos.

Segundo informações relatadas durante os trabalhos realizados, os encontros tiveram que ser mudados de local em razão de uma integrante do grupo ser portadora de deficiência visual e o salão do centro comunitário apresentar algumas imperfeições no piso, dificultando a sua movimentação, mas também por dificuldades em relação a transporte para facilitar o acesso dos idosos.

Atualmente várias atividades são oferecidas e realizadas através de profissionais ligados à administração municipal, que fazem parte dos projetos, como a professora de Educação Física, Assistente Social, Fisioterapeuta, entre outros. É oferecido ao grupo um horário na segunda-feira pela manhã para realização de fisioterapia em uma clínica com profissional especializado e disponibilizado pela Prefeitura.

Algumas atividades, principalmente as esportivas, como a ginástica que é oferecida nas terças-feiras e quintas-feiras de manhã, são descentralizadas e desenvolvidas na Academia de Terceira Idade – ATI, localizada à margem do rio Paraná, ao ar livre. Nas quartas-feiras o grupo se reúne para atividades e serviços, como discussão de questões administrativas, projetos, passeios, ensaios de danças, participação em eventos, entre outras atividades que se fizerem necessárias e também o dia de se reunir com outros profissionais.

Fernandes (2009) relatou que em junho de 2008 foi realizada em caráter de urgência uma eleição atípica, em 24 horas, em razão de uma festa junina que deveriam participar. Foi necessário estabelecer uma diretoria, pois não existia quem representasse o grupo nessa festividade, uma vez que o mandato da presidente de 2006 havia se expirado e ela não havia convocado o grupo para novas eleições. Neste ano, 2009, já houve eleição e a composição da diretoria continuou a mesma do ano de 2008.

A atual presidente mantém livros com documentação, fotos e registro de todas as atividades que realizam como bingos, rifas, entre outros e das que participam como quadrilhas, passeios, encontros, etc. Os participantes do grupo, segundo ela, são

registrados em um livro de presença e contribuem com R\$ 2,00 ao mês que retornam em benefícios para o grupo.

Segundo suas informações, há 60 idosos cadastrados e cada um tem a sua carteirinha com foto e algumas informações pessoais, porém, não são todos que participam das atividades. Alguns homens ainda trabalham e só participam quando as atividades são de final de semana. Muitas mulheres também só participam nestes finais de semana. Desse total, a média é de 12 a 15 pessoas que participam de forma efetiva toda semana das atividades e apenas dois homens compareceram em algumas atividades na quarta-feira.

A faixa etária não é exclusivamente a da terceira idade que corresponde a 60 anos, pois algumas mulheres na faixa dos 40 anos freqüentam o grupo por indicação médica e a maioria dos participantes encontra-se nas faixas etárias de 50 e 60 anos. A senhora mais idosa tem 96 anos e participa de atividades quando está bem de saúde.

Em relação ao tempo de residência dos integrantes do grupo de terceira idade em Porto Rico, em seus arredores e rio Paraná, este varia de 2 a 55 anos. A média do tempo de permanência indica que os idosos do grupo são pioneiros na ocupação da região de Porto Rico, considerando o estabelecimento de sua instalação em 21 de abril de 1964.

Todos os que participam do grupo de forma efetiva são imigrantes de outras regiões e municípios. E quanto à escolarização, a maioria não estudou e entre os que são alfabetizados alguns deles possuem o Ensino Fundamental incompleto. Apenas uma pessoa possui o Ensino Médio incompleto.

Quanto à forma de trabalho que exerciam no passado, a maior parte dos idosos ganhava seu sustento através de trabalhos braçais, como lavradores ou bóias-frias em fazendas e sítios alheios. A outra parte deles começou a trabalhar nas lavouras de café, porém com a queda da cultura cafeeira, buscaram na pesca uma forma de renda e de sustento. Apenas uma integrante que é a atual presidente não exerceu trabalho braçal, mas trabalhou como dona de casa e realizou atividades burocráticas em órgãos públicos.

Fernandes (2009), em seus estudos revelou que há uma diferença quanto ao gênero relacionado à condição atual dos idosos, já que todos são aposentados. Os homens do grupo mesmo exercendo outras atividades, dizem que não trabalham mais, sendo apenas distração as atividades que realizam, quando comparadas às atividades do passado, como se as atividades cotidianas não tivessem relevância. Por outro lado, as mulheres quando foram questionadas, mesmo não exercendo as atividades do passado,

relatam sobre a rotina diária com os afazeres domésticos e atividades ligadas a projetos da prefeitura ou da Igreja local como a Pastoral da Criança.

Quando questionados sobre como vivenciam o processo de envelhecimento, foram unânimes em afirmar que a cidade é muito calma, tranqüila, sendo um lugar que todos se conhecem, possibilitando melhores condições de vivenciar a velhice através da proximidade entre as pessoas. Eles disseram que por a cidade ser pequena o índice de violência é baixo, não tendo muitas preocupações quanto a assaltos e outros tipos de perigo, se comparada a centros maiores.

Fernandes (2009) esclarece pautado nos estudos de Novaes (1995), dizendo que as relações de proximidade na velhice, como as relações familiares e de amizade, são fatores importantes no processo de adaptação neste novo período de perdas e no aprendizado de novos papéis.

Quanto ao aspecto de satisfação ou não com as atividades do grupo, os idosos relataram que o grupo de terceira idade se mantinha em razão de ser um dos únicos espaços de convivência e de relações sociais para a maioria deles, local de encontro com os amigos, em que conversam e se divertem. Possivelmente sendo as únicas atividades exercidas fora do âmbito familiar.

Quando abordados sobre o trabalho desenvolvido no ano de 2008 e o que estava iniciando-se, é importante apresentar a fala de uma de suas integrantes:

Com esses trabalhos abriu e está abrindo a mente delas, a nossa mente. A maioria está estudando e vão pegando confiança em si própria. Como uma flor elas foram desabrochando e eu também (D. Lair, 67 anos).

Compreender a formação e trajetória de um grupo de terceira idade no seu contexto sócio-histórico, se faz necessário como diz Pinheiro Jr. (2005), desvincular da idéia de um estudo que possa ser meramente um agrupamento por classe etária, como a geração dos 50 anos ou dos 60 anos, ou seja,

É preciso entender as relações sociais no tocante aos aspectos geracionais muito mais pelo viés da construção coletiva da memória do que pelas características meramente etárias [...] Fazer parte de uma geração, desta forma, significa compartilhar representações sociais comuns relativas às fases históricas por que cada pessoa passa, a partir de uma coletividade que reúne as

idéias e valores resultantes dos conflitos gerados nesse contexto (Pinheiro Jr., 2005, p.10).

CAPÍTULO III

OS OBJETIVOS NORTEADORES E METODOLOGIA DA PESQUISA

(...) Investigar é uma forma de relatar o mundo e a pesquisa social é tanto um produto social para relatar quanto um produtor de relatos; uma maneira de contar – e produzir - o mundo. A pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência ou refletir sobre uma experiência (Spink, 2003, p. 26).

A partir da construção realizada por Fernandes (2009) e considerando suas análises, este estudo assumiu dois conjuntos de objetivos complementares.

Como uma proposta de ação e intervenção psicossocial, visou dar continuidade ao trabalho anterior, contribuindo para o resgate da função social do idoso na comunidade e o fortalecimento da identidade grupal e dos laços coletivos, através do desenvolvimento de atividades que buscavam intensificar a participação dos membros no grupo e deste na comunidade.

Como um trabalho comprometido com a produção do conhecimento, pretendemos oferecer, através da análise das raízes da Psicologia Social Comunitária, subsídios para melhor compreensão desta proposta de conhecimento, visando conhecer suas características, importância e implicações, bem como compreender as relações entre investigação/pesquisa e a promoção de estratégias de ações frente à realidade investigada.

A partir desta compreensão e dos dados provenientes do processo de intervenção participativa, outro de nossos propósitos foi o de analisar o desenvolvimento daqueles processos de (re)construção da identidade grupal, à partir dos conceitos de Consciência

tal como proposto especialmente por Vygotsky (1989), e Lane (2002, 1984), e de Identidade proposto, entre outros, por Freitas (2006), Ciampa (1984) e Lane (2002).

Para isto, procuramos, inicialmente, registrar os caminhos trilhados no processo de convivência através do diário de campo, que constitui, como afirma Freitas (1998), conjuntos de “(...) registros de acontecimentos e/ou episódios significativos, acompanhados de apreciações sobre as interações, as problemáticas vividas e as alternativas de ações encontradas pelas pessoas” (p. 7).

Com base nestas informações e sob o ponto de vista metodológico, buscamos apoio nas formulações da epistemologia qualitativa. Segundo Rey (2005), um dos pressupostos básicos deste posicionamento é a concepção de que todo conhecimento é uma interpretação da realidade.

Diante desta proposta, os sujeitos da pesquisa não são vistos apenas como objetos ou depositários de informações. Da mesma forma, o processo de pesquisa não é uma simples coleta de dados, ou seja, de elementos prontos, pré-existentes à pesquisa e que devem, simplesmente, ser colecionados e reagrupados pelo pesquisador. Ao contrário, o processo de pesquisa configura-se como uma relação dialógica, em que pesquisadores e pesquisados são integrantes de um mesmo processo e nele se re-significam.

Em uma pesquisa qualitativa, os contextos sociais e o conhecimento são concebidos como mundos passíveis de mudança. A linguagem dos atores sociais e suas práticas, seus valores, suas crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, são elementos ricos, não apenas pelas descobertas que propiciam aos pesquisadores, mas por tudo que significam e possibilitam para todos.

Além disso, para realização de uma pesquisa participante é importante ter uma postura crítica diante das situações, pois não devemos negar as teorias científicas e nem aceitar de forma espontânea o conhecimento popular, como se este não estivesse impregnado das inúmeras contradições existentes na sociedade. Como afirma Demo (1999), “a dialética entre teoria e prática é condição fundamental da pesquisa e da intervenção na realidade social” (p. 110).

Assim, o que buscamos não foi a realização de uma reprodução, por escrito, da realidade, mas a construção, em conjunto com os idosos, de novos conhecimentos sobre eles, suas possibilidades e aspirações. Essa proposta da pesquisa participante, de formar um conhecimento junto ao grupo, que auxilie na análise e interpretação das inúmeras contradições presentes na realidade, propicia a realização de uma análise crítica pelo

grupo, sobre a sua realidade e a participação da mesma na busca de possíveis soluções para os conflitos que se apresentarem.

O período de tempo que o processo da pesquisa participante demanda é normalmente maior que o necessário para a realização de pesquisa de cunho mais tradicional, pois a investigação não é somente responsabilidade do preparo do investigador, assim como a população investigada precisa se envolver no processo, reconhecendo-se também como produtora de conhecimento. Portanto, é necessário que haja entre o sujeito e objeto uma interação dinâmica e dialética (Demo, 1999).

Segundo Fernandes (2009), a pesquisa participante muitas vezes não se direciona para a ação direta sobre a realidade. Mesmo que haja formulações de possíveis estratégias, sua preocupação pode não se centrar na ação, mas sim na discussão das possibilidades de como agir sobre a realidade investigada.

Neste processo de pesquisa, para este autor, mais do que sobre a ação efetiva, a importância maior recai sobre a inserção do pesquisador no grupo e nas possibilidades de reflexões da comunidade sobre os aspectos problemáticos surgidos durante a pesquisa.

Embora a pesquisa participante não priorize a ação efetiva dos planos elaborados durante o seu percurso, isso não quer dizer que ela não atinja o objetivo de realizar uma transformação na realidade social da comunidade. Ao contrário, no processo de concretização da pesquisa (com o levantamento prévio dos problemas a serem investigados, as discussões e reflexões críticas sobre as contradições encontradas na comunidade, assim como a busca de estratégias de ações), já se configura uma transformação na realidade.

Esta forma de investigação participante, não se encerra com as fases de devolução das informações e de avaliação do processo; ela se apresenta como um processo permanente pois, as reflexões e análises críticas da realidade e as ações efetivadas sobre a mesma possibilitam novas necessidades e a percepção ou a criação de outras perspectivas sobre a realidade investigada. Assim, as possíveis superações direcionam a outras dificuldades que requerem novas intervenções, e que necessitam novamente de reflexões e análises para serem elaboradas.

Como pontua Le Boterf (1999, p. 68):

(...) a análise crítica da realidade e a realização de ações programadas conduzem à descoberta de outras necessidades e de outras dimensões da realidade. A ação é uma fonte de conhecimento e de novas hipóteses. O diagnóstico, a análise crítica e a ação constituem, assim, três momentos de um processo permanente de estudo, de reflexão e de transformação da realidade, os quais se nutrem mutuamente.

Para a análise dos dados recorreremos à análise de conteúdo, conceitualizada por Bardin (1977, p.38) como,

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Através das atividades realizadas com o grupo e das palavras sobre as quais atentamos, buscamos conhecer o que está por trás delas, ou seja, por meio das mensagens buscamos, através da análise de conteúdo, decifrar as condições que as originaram e que elas buscavam refletir.

Bardin (1977) aponta, para a análise de conteúdo, os seguintes eixos norteadores: 1) a pré-análise (fase da descrição ou preparação do material), 2) a exploração do material (a inferência ou dedução), 3) o tratamento dos resultados (a interpretação). As ações principais da pré-análise são a leitura flutuante (primeiras leituras de contato com os textos), a escolha dos documentos (no caso o diário de campo), a formulação das hipóteses e objetivos específicos desta fase.

Esta pesquisa, por estar atrelada a uma metodologia participativa, buscou não somente desenvolver um projeto de ação, mas colocar em prática as estratégias formuladas, de forma conjunta, entre pesquisador e comunidade. Por isso, todas as atividades desenvolvidas e discussões realizadas com o grupo foram registradas em um diário de campo, contendo anotações realizadas e fotos registradas durante as atividades, nos intervalos e após a conclusão das mesmas ou ao término dos encontros.

Tanto as anotações quanto o registro das fotos foram realizadas com o cuidado de que qualquer tipo de interrupção não comprometesse a interação com o grupo e o caráter espontâneo das falas.

As fases de tratamento e inferência e da interpretação, permitem que os conteúdos recolhidos se constituam em dados para análises reflexivas, em observações individuais e gerais do material; dessa forma o analista poderá inferir e adiantar interpretações a respeito dos objetivos previstos, bem como sobre outras descobertas inesperadas.

Utilizamos para o tratamento dos dados, a técnica das análise temática ou categorial, que, de acordo com Bardin (1977), é constituída por atividades de desmembramento do texto em unidades, ou seja, buscamos descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituíam a comunicação e que poderiam significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido e também para a análise das ações realizadas pelo grupo.

Podemos dizer a partir do exposto e do vivido deste processo, que a pesquisa, assim como a forma pela qual compreendemos e podemos interpretar o homem é um processo, entendendo este processo como aquele que pode se definir e se transformar no momento em que se realiza, tendo como premissa o momento experienciado e os movimentos do sujeito da pesquisa, assim como os movimentos que produzem as relações, as interações e as trocas entre o pesquisador e pesquisados.

Dessa forma, o conhecimento é construído por todos que fazem parte do processo, a partir da história do pesquisador, da história do outro e da relação vivida entre todos, a fim de compreender, nomear e construir sentidos às emoções, aos fatos, às expressões, falas, gestos ou qualquer outra manifestação que possa surgir, sempre ligados a aspectos históricos e sociais que determinam nossa constituição. Isso possibilita que, ao invés de categorizar ou reduzir o fenômeno, possamos atuar ampliando as possibilidades de construção de estratégias de abordagem e na forma de compreender os fenômenos.

CAPÍTULO IV

REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA COM O GRUPO

(...) lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e em pedaços (muitos pedaços); um confronto de saberes uma negociação de sentidos numa busca de ampliar possibilidades de transformar práticas. Só o mal avisado pode pensar que isso é uma atividade neutra. Por exemplo, ao tirar fotos de mulheres na zona rural e construir uma parede de fotos no lugar onde não tem espelhos e muito menos vitrines, o que fazemos é dialogar; com a identidade urbana e a identidade rural, com a feminilidade, a família, a beleza, as questões de gênero. Dialogamos porque estamos onde estamos, não só fisicamente, mas sócio e psicologicamente (Spink, 2003, p.37).

A linha teórica sobre a qual pautamos esta pesquisa, a Psicologia Social Comunitária, permite captar, explicar e atuar sobre processos ligados à dinâmica das relações construídas no cotidiano da população.

Uma das mais importantes contribuições da Psicologia Social Comunitária encontra-se na compreensão das possibilidades de transformação do ator individual em ator coletivo, através de uma rede de relações que permita e colabore para intensificar a participação da comunidade; através dessa participação é possível que aqueles atores se conscientizem de seus problemas e busquem alternativas de resoluções e ainda que, como pesquisadores, passemos a fazer parte da coletividade estudada.

Como uma proposta de investigação participante, este trabalho além de pretender contemplar os objetivos dos pesquisadores, buscou realizar e fortalecer as relações da comunidade investigada, possibilitando que os investigados se tornassem pesquisadores da própria realidade, manifestando suas interpretações e buscando formas de superação de pontos críticos ou problemas do interesse deles. Para isso, a

pesquisadora teve sua inserção no processo de pesquisa, como uma forma de continuidade de um trabalho anterior (Fernandes, 2009).

Os trabalhos resultaram em novos conhecimentos sobre a comunidade, o que possibilitou que ela se voltasse aos seus problemas e se organizasse para enfrentá-los, buscando estratégias de resoluções, além de desenvolver suas potencialidades e fomentar sua autonomia. A entrada do profissional da psicologia, com o trabalho anterior, também facilitou e contribuiu para as discussões e algumas ações engendradas pelo grupo no trabalho atual.

Neste trabalho procuramos compartilhar os diferentes saberes e práticas com o grupo comunitário, um saber-fazer compartilhado, articulando as necessidades que surgiram com possibilidades concretas de ações. Esta relação dinâmica potencializou recursos para que o grupo assumisse o lugar de protagonista e de forma gradativa buscasse transformações em suas ações.

Em relação ao processo de resgate da função social do idoso, o trabalho anterior revelou que os idosos apresentavam uma concepção de velhice relacionando-a com improdutividade; o velho era visto como aquele que perdia a função social após o fim do ciclo de trabalho e de idoso tornava-se velho, já que ele “não fazia nada” ou as atividades que realizava não eram consideradas trabalho, pois não apresentava caráter de produção material como produto final.

Com o processo de pesquisa participante, as reflexões proporcionaram novas formas de conceber a velhice e a função social do idoso na comunidade, que começaram a se reconhecer como os guardadores das lembranças e como memórias vivas do passado daquela população (Fernandes, 2009).

No presente trabalho, em cada encontro e discussões sobre o significado de envelhecer, a função social do idoso e os inúmeros sentidos atribuídos à velhice, assim como nas discussões sobre o próprio processo grupal, tendo como pano de fundo o fortalecimento dos laços coletivos e a identidade grupal, nossas percepções sobre as inúmeras formas de conceber o envelhecimento, tanto da pesquisadora como dos investigados, foram se alterando e aos poucos, nas ações do grupo, começou a transparecer o seu fortalecimento e comprometimento com as atividades coletivas.

Em um dos encontros, uma das integrantes revelou que durante os dias que o antecederam, pensou sobre a importância de lembrar e poder contar situações vividas e que ficou emocionada com a lembrança de uma poesia. Decidiu levar e fazer a leitura para o grupo, compartilhando-a. Em seu esforço percebemos o comprometimento.

Tantas coisas tem na cabeça da gente...a vida que passa...não sei como lembrei dessa poesia...é do meu tempo de escola e faz muito tempo...mas me deu uma vontade e eu parei pra escrever e foi vindo na minha cabeça...não consegui lembrar quem escreveu, o nome da pessoa, mas taí, trouxe pro grupo, pro nosso trabalho...acho que é importante a gente lembrá a nossa história e é isso que a gente tá fazendo quando você vem e a gente discute...(D. Lair, 67 anos).

O aumento da participação deles nas atividades semanais, como nos exercícios à beira do rio e fisioterapia, que visam uma melhor qualidade de vida para o grupo, além da participação de vários integrantes nas conferências do idoso, tanto na esfera municipal como regional, possibilitam verificar novos posicionamentos enquanto pessoas capazes e produtivas. *“Meu marido também frequenta e as mensalidades já paguei para o ano todo”(D. Cida, 66 anos).*

Especificamente em relação à atuação de vários integrantes nas conferências municipal e regional, antes realizada somente com a presença de poucos integrantes e a presidente do grupo, tendo a possibilidade de discutir com outros segmentos da sociedade sobre vários assuntos pertinentes e entre eles o Estatuto do Idoso, verificamos o início de uma nova postura frente às discussões e tomada de decisões sobre as necessidades dos idosos, e que o olhar se voltasse sobre suas capacidades, como pessoas que podem e devem atuar na comunidade.

Reúno com as pessoas...gostaria de um pouco mais só de benfeitoria, um salão para nós...porque já temos bastante material comprado, coisas de cozinha, mesas...e seria bom também para fazer cursos (D. Luzinete, 74 anos).

Em discussão com o grupo sobre o resgate da função social do idoso, o trabalho anterior culminou na produção de um livro sobre histórias de vida, receitas de culinária, contos de pescador e poesia dos idosos. Neste trabalho, após reflexões sobre as necessidades do grupo e continuidade do resgate, decidimos a realização de uma atividade de registro histórico sobre a comunidade. Em alguns encontros fizeram uma seleção de imagens com fotos sobre a navegação, como uma atividade de transporte que viabilizou a ocupação humana ao longo do rio naquela comunidade, vinculando-a a principal festa da região, a procissão fluvial de Nossa Senhora dos Navegantes, além de

outros registros que julgaram importantes para a reconstrução da história da comunidade.

O desenvolvimento de um trabalho com fotos antigas, de arquivos pessoais, foi escolhido pelo grupo com o objetivo de ser registrado na Casa da Cultura, que se encontrava, no momento, em fase de acabamento pela Prefeitura Municipal, concretizando a vontade do grupo em dar continuidade ao trabalho de resgate da história pessoal e da comunidade. Nos encontros traziam fotos, narravam situações vividas e re-significavam a sua história pessoal. Em uma das fotos sobre uma grande enchente ocorrida na região, D. Lúcia revelou:

Antes eram os pobres que estavam nas ilhas, eles plantavam verduras e isso só no pedaço de terra de que precisavam. Depois os fazendeiros tomaram conta e foram colocando os bois e foi acabando com tudo...eu mesma tive que sair das ilhas...a minha vida era lá...eu freqüento o grupo porque tive ruim de depressão forte, o médico pediu pra mim vir, eu tenho um pouco menos de idade, mas já vivi muita coisa nessa terra...mas as lembranças da ilha sempre me deram saudades...mesmo com tempos ruins...mas era outra vida...eu vi quantas enchentes...eu mesma subi no telhado da casa como as galinhas faziam...com toda dificuldade, mas limpá um peixe e fritá e comê na hora igual a gente fazia já era bom demais...(D. Lúcia, 53 anos).

Através do discurso sobre a vida do outro, eles encontram o próprio passado, fortalecendo ainda o reconhecimento do idoso como detentor do conhecimento da vida, guardião da memória da comunidade e memória viva do passado daquela comunidade.

Enquanto lembra, Lúcia reconstrói para si e para os outros, o que foi e o que é sua vida e a dos homens. Costa (2008, p.11) diz que “(...) lembrar é refazer. Quem lembra, trabalha e reconstrói as experiências do passado a partir de uma percepção atualizada...Já não somos os mesmos de tempos atrás e, neste intervalo, o que vemos agora se transformou dentro de mim”.

Eu também vivi muito tempo na ilha...comi o pão que o diabo amassou durante muito tempo com meu marido... tinha que cuidá dos meus filhos e os dele porque quando casei ele já era viúvo. Ajudei a criar todos! Vi muitas enchentes acontecerem. Uma filha minha ainda mora em uma das ilhas.. meu genro é bem

conhecido por aí, é o Zé Mineiro e é bom só pra quem se vê... ela passa poucas e boas e ele disse que não sai de lá de jeito nenhum, mesmo com um monte de dificuldades...Agora eu estou bem melhor, mas fiz tudo o que tinha de ser feito e não abandonei o barco...(D. Luzinete, 74 anos).

A possibilidade de trabalhar a partir de atividades concretas para o abstrato, da reflexão para ação, ou das fotos e troca de experiências com as narrações sobre o vivido, possibilitou ao grupo um canal de participação e de expressão. A reflexão sobre o pensar/fazer, fazer/pensar, permite o desenvolvimento da nossa consciência e de nossa identidade psicossocial, assim como a viabilização da troca de experiências propicia transformações sobre aquilo que pensamos e fazemos, permitindo que valores coletivos sejam reforçados ou novos sejam inseridos. No encerramento de uma das atividades, que tinha como um dos objetivos refletir sobre se realmente a participação deles era efetiva, tanto no grupo, quanto na comunidade, expressaram o que esperavam e desejavam para o grupo:

Crescimento, melhorar e divertimento, D. Guilhermina (67 anos);

Disposição e saúde, D. Belmira (75 anos);

Que haja mais união e integração, D. Izenilde (53 anos);

União, prosperidade e responsabilidade, D. Lair (67 anos);

Força e confiança, D. Sula (69 anos);

Renascer e crescer, D. Cida (66 anos);

Crescimento, D. Jora (65 anos).

É possível verificar mudanças na concepção sobre a função social do idoso, através de ações motivadoras à participação grupal e que, nenhum fenômeno pode ser compreendido de forma isolada da atividade concreta do homem, pois é por meio dela que o homem constrói, historicamente, sua consciência e sua existência enquanto homem. Também é possível verificar nas atividades grupais essa constante construção, que além disso, propiciam motivações e ligações mais afetivas.

O grupo me dá prazer e confiança...venho com minha mãe e encontro as pessoas... D. Ezinilda (53 anos).

Agora com mais idade, vindo pro grupo, eu participo mais das coisas...acabo querendo fazer outras coisas...D. Celestina (67 anos).

O grupo trouxe a amizade que eu não tinha...a gente tem harmonia e alegria quando estamos juntos...saímos, viajamos e participamos de outros grupos...(D. Malvina, 53 anos).

Quanto ao resgate da identidade grupal, de forma mais específica, buscamos atividades de reflexão sobre o próprio grupo, pois “(...) o resgate da subjetividade implica em identidade, categoria que leva ao conhecimento da singularidade do indivíduo que se exprime em termos afetivos, motivacionais, através das relações com os outros – ou seja, na vida grupal” (Jabur, 2009, p.80).

No trabalho anterior as discussões já se iniciaram com o objetivo principal de captar as representações sobre o processo de envelhecimento.

Neste trabalho, as discussões iniciais se detiveram na percepção deles sobre se havia ou não diferenças entre as atividades que o grupo realizava antes e depois da vinda de um profissional da psicologia para trabalharem com eles, a fim de trazer à tona problemáticas vivenciadas pelo grupo e proporcionando à pesquisadora a percepção sobre os processos de constituição da identidade e consciência do grupo, assim como a possível fragilidade ou fortalecimento dos vínculos coletivos.

Essa fragilidade pôde ser observada pelo fato de que anteriormente a insatisfação em relação à avaliação do grupo era generalizada e as atividades se restringiam aos encontros de quarta-feira para bordar e jogar dominó, além das atividades físicas. Exceto a aula de alongamento, as outras atividades eram consideradas desinteressantes. Uma das causas apontadas foi a de que a Presidente anterior era vista como uma pessoa inexperiente, sem estudos e sem considerações com o cuidado com os idosos e outra questão apontada foi a de o grupo não elaborava atividades que envolvesse os idosos, tendo como consequência pouca assiduidade (Fernandes, 2009).

Em uma das atividades de discussão sobre a necessidade de análise do grupo sobre o próprio grupo, foi possível também verificar que anteriormente as atividades eram realizadas mecanicamente, simplesmente com a idéia de que se reuniam porque não tinham mais nada a fazer. “*A gente vinha, bordava alguma coisa, conversava um pouco das coisas e só...*” (D. Isaura, 70 anos).

Neste processo de trabalho e através das discussões, começaram a observar que muitas mudanças começaram a ocorrer a partir do momento que se propuseram a

investir em melhorias de forma conjunta e da organização de um trabalho coletivo como a construção do livro no trabalho anterior. No decorrer do processo compuseram uma nova diretoria para o grupo, elegeram uma nova Presidente e passaram a discutir com mais clareza sobre o trabalho na comunidade e no grupo. As atividades passaram a ser registradas em documentação e a contabilidade entregue e discutida, o que não era realizado anteriormente.

Além disso, procuramos fortalecer o trabalho coletivo, junto a outros profissionais ligados aos projetos da Secretaria de Ação Social, através da discussão sobre a importância do trabalho em conjunto, principalmente a professora de Educação Física e estagiária de Assistente Social, que tinham um contato constante com os integrantes do grupo, bem como, com os profissionais da área administrativa.

Em vários encontros discutiram com a estagiária sobre um documento que constaria as regras do grupo. Em outro encontro junto com a pesquisadora, o documento, com as devidas assinaturas, apresentava valor da mensalidade, horários, viagens e passeios, doação, prestação de contas, inclusive a não permissão de crianças nos eventos, pois as atividades seriam direcionadas aos idosos, aceitação de pessoas com menos de 60 anos através de indicação médica, entre outras questões pertinentes ao grupo. Tudo foi discutido e aprovado pelo grupo e as pessoas que não estavam presentes receberiam uma cópia para terem ciência do documento.

Eu vejo assim: a gente que participa e procura vir nas reuniões está sempre vendo o que precisa...a gente sabe quando a gente sai, vai pra algum passeio, algum almoço, alguma coisa que temos que fazer pra arrecadar dinheiro pra um passeio...então pra gente é importante discutir e a gente mesmo ver sobre o que tem que ser seguido...é um grupo com bastante gente...e quem é melhor pra saber do que a gente? Nós é que temos que saber! (D. Jora, 65 anos).

O documento contendo as decisões nos permite perceber uma pequena autonomia conquistada, assim como a nova forma de gestão do grupo. Tudo foi discutido e nada havia sido imposto. Diferente de ter um Estatuto, este como sendo um documento indispensável para a formalização do grupo perante o Município e o Estado e conseqüentemente o seu registro com o CNPJ. No entanto, as decisões tinham a ver com algo se diferenciando na forma de gerir o grupo, em como tomariam providências para o melhor da coletividade, sobre a congregação das pessoas e em pequenos detalhes

que fariam a diferença quanto à organização ou convivência das regras a serem colocadas e aceitas pelo grupo.

Também a Professora de Educação Física teve participação em um trabalho iniciado sobre a realização e escolha de desenhos para a confecção de um banner e camisetas, assim com as fotos, com o objetivo de fortalecer a identidade do grupo.

As atividades realizadas em conjunto tem um papel fundamental no processo grupal para a superação do individualismo, e que se torna necessário para a realização de um trabalho comunitário com vistas a desenvolver a consciência social e autonomia dos indivíduos. Com as experiências compartilhadas, estabeleceu-se uma formação afetiva, com demonstração de interesse pelo outro.

Ser idoso é a melhor coisa da vida. Não tem desvantagem. Se eu brincar com um neto é porque eu quero, não é obrigação, aqui é a mesma coisa, eu venho pra reunião porque eu quero, porque eu gosto, não é obrigação...eu tenho vontade de encontrar com as pessoas e a gente discute muitas coisas. D. Maria Rosa (74 anos).

Eu sinto alegria e só de ficar junto com a irmandade eu volto pra casa feliz! D. Izaura (70 anos).

As experiências foram provocando no grupo uma nova forma de unidade e os vínculos foram se fortalecendo não só entre os membros, mas também com a coordenadora e em relação às pessoas de convívio social, fazendo com que a participação deles na comunidade se tornasse mais efetiva e afetiva. Arrecadaram dinheiro com a venda de cartelas para um bingo, assim como na venda de alimentos no dia do bingo. Em um almoço pôde-se observar uma grande participação de outros membros, com todas as atividades organizadas em grupo, cada qual se responsabilizando por uma tarefa. Após o evento, a contabilidade foi discutida em um dos encontros e registrada em livro-documento, assim como o dinheiro depositado em conta bancária, com a possibilidade de usá-lo em uma viagem.

Nas atividades de juntos pensarem e no desempenho de tarefas vemos a possibilidade de mudanças qualitativas nas relações e o homem como ser ativo que insere-se em um grupo social através da aquisição da linguagem, que enquanto produto histórico, propicia significados e valores aos grupos sociais, sendo condição imprescindível para a comunicação e o desenvolvimento de suas relações, ao mesmo

tempo que permite a construção de sua própria forma de ser, de seu pensamento e posicionamento no mundo.

Dessa forma, percebemos também o fortalecimento da identidade grupal e também o eu como aquele que é construído na relação com o outro, em que a palavra desempenha a função de contato social, ao mesmo tempo em que é constituinte do comportamento social e da consciência. Os homens se constituem através do reconhecimento do outro, mas fundamentalmente pelo autoconhecimento, assim como o contato com o outro permite que eu o reconheça.

*Fiquei conhecida como a mulher da onça por causa de uma história que sempre contei, que também não sei se é verdade o que aconteceu, mas não porque sou ruim, amiga da onça né?... então no grupo as outras quando a gente brinca fala pra mim: “a mulher da onça” e eu sinto que elas gostam e eu sinto que gosto de contar as histórias...é no grupo que a gente faz isso, quando tem as reuniões...
D. Sula (69 anos).*

A partir da teoria sobre Identidade e Consciência, a história real do desenvolvimento da consciência, como pontua Vygotsky e outros psicólogos soviéticos, é o reflexo da própria vida do homem. As significações não existem fora do sujeito, antes disso, na medida em que internalizamos a consciência social é que vamos constituindo nossa consciência individual. Daquilo que significa socialmente passa a ter ou damos um sentido pessoal. Assim, o processo de constituição da identidade pessoal e coletiva e da consciência não termina nunca, pois estão sempre em um constante movimento de construção. Só quem vive tem tantas possibilidades.

As inúmeras possibilidades de transformações propiciam que o indivíduo construa e re-construa sua forma de ser, sua identidade e sua singularidade, e também, pelo movimento de reflexão sobre o que temos sido e podemos ser.

No tempo que eu era jovem eu tinha educação, os de agora não tem! Eles não são criados como nós fomos! E querem aprender pouco! Eu gosto de estar no meio delas, vir no grupo e tem coisa pra gente aprender!E eu venho e nós conversamos, gosto da alegria (D. Maria Rosa, 74 anos).

Sou a mesma coisa...mas quando mais nova sofri muito! (D. Maria Nunes, 75 anos).

O jovem tem muita ilusão e fantasia e o idoso enxerga a realidade (D. Lair, 67 anos).

Quando se é jovem a gente erra muito...quando chega a idade procuramos acertar...agora tenho mais experiência (D. Malvina, 52 anos).

As transformações podem ocorrer durante os trabalhos a partir da relação que cada idoso vai estabelecendo com seus sentidos e sentimentos, através da valorização de si próprio como sujeito e na relação que passa a estabelecer com outros integrantes do grupo. Através das transformações podemos identificar a reafirmação da identidade pessoal, não só ao relembrar suas experiências vividas, mas também ao tomar consciência de possibilidades no presente e futuras. D. Luzinete, 74 anos, fez um breve relato de sua vida em uma das discussões:

Fui uma mulhé que cuidou de muitos filhos, perdi alguns mas venci cuidando dos outros...e me casei com um homem que já tinha sido casado e com filhos...cuidei deles tamém...e cuidei do meu marido até morrê...ele era ruim que era o cão, mas cuidei dele...agora me vejo livre...venho pras reunião do grupo e aqui me sinto bem, posso encontrar as pessoas e conversar e contar minhas histórias igual to fazendo agora... e chega a hora eu venho...é muito bom mesmo...e quando eu posso eu falo pros outros.

Desta forma, cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações, [...] estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas (Ciampa, 1984, p.67).

Com a participação do grupo em alguns eventos, trabalhamos sobre a percepção da participação dos integrantes do grupo e o que eles tinham apreendido de seus familiares, sobre outro grupo social e sobre a participação deles, pois de acordo com Lane (1984, p. 97), “(...) o grupo social é condição de conscientização do indivíduo.[...] os processos de conscientização ocorrem em indivíduos em momentos diferentes, passando por estágios diferentes”.

“Meus filhos acham bom porque assim eu não fico sozinha em casa, isolada...e assim eu ando e estou aqui me divertindo e conversando” (D. Luzinete, 74 anos).

“Tenho 9 filhos e todos me apóiam. Quando falo que não vou, eles dizem: tem que ir mãe! E eu adoro! Por causa de você e do Saulo, porque vocês renovam a gente. Parece que eu nasci de novo!” (D. Izaura, 70 anos).

“Eu saio e eles não estavam acostumados! Eu gosto de estar no meio delas e tem coisa para a gente aprender!” (D. Maria Rosa, 74 anos).

“Meus filhos dizem que sou animada e a gente se distrai bastante, se sente bem e é um tempo gostoso!” (D. Luzia, 71 anos).

“Eles de casa dizem que tem que ser assim! No grupo, uma palavra, uma alegria, passa o tempo e a gente não vê” (D. Celestina, 67 anos).

“Minha família acha ótimo e me dá todo o apoio. Eu gosto da companhia e ter amizade e conhecer novas pessoas” (D. Lair, 67 anos).

“Eles gostam e apóiam e meu marido às vezes participa. Antes eu não tinha amizades e a gente tem harmonia e alegria quando estamos juntos. Saímos, viajamos e participamos de outros grupos” (D. Malvina, 51 anos).

“Minha família gosta e eu me interesso pelo grupo principalmente pela saúde, amizade e o carinho do grupo” (S. Devanir, 53, anos).

Para Ciampa (1984, p. 65) identidade pode ser considerada como um processo de produção, “(...) de tal forma que a identidade passe a ser entendida como o próprio processo de identificação”. As identidades vão sendo re-postas na relação do indivíduo com os grupos, modificando-se a cada reposição, pois outros significados vão sendo absorvidos pelo indivíduo, mesmo que de forma imperceptível, numa constante transformação.

Minha família gosta da minha participação, e por intermédio da terceira idade eu estou fazendo informática também. Nunca tinha ido na escola e agora estou fazendo o supletivo de 5ª a 8ª série. Eu gosto de participar do grupo para trocar experiências, brincar, dar risadas, jogar e se divertir com as amigas (D. Sula, 69 anos).

Ao falar de sua identidade, D. Sula também está retratando uma realidade social. A singularidade de cada um só pode surgir e ser experienciada no campo das suas relações sociais. A história particular, baseando-se em Lane (1984, p.85), também encontra-se imersa no grupo, de acordo com papéis que o indivíduo assume e desempenha durante o processo, ou seja, em sua maneira de agir, em seus posicionamentos ou em suas colocações, encontramos presentificada a história singular e a sua identidade sempre sendo re-posta.

E no decorrer do tempo, a identidade coletiva vai se constituindo e dando sentido aos papéis que os indivíduos adotam, às normas e valores que são validados por e para todos integrantes do grupo, assim como o processo de consciência se altera, reafirmados pelas possibilidades e realização de atividades, como também pelo trabalho da lembrança ou da memória.

Do ponto de vista da teoria sobre Identidade e Consciência, e com todo o processo de pesquisa, é possível verificar que o grupo com o qual trabalhamos encontra-se em constante transformação, independente da idade, pois esta não ocorre somente enquanto grupo de terceira idade, mas também na vida cotidiana de cada pessoa.

Muitas vezes as transformações ocorrem quase de forma imperceptível, no entanto, podem provocar modificações na compreensão sobre todas as coisas e mudanças de valores, sempre numa eterna procura na construção de si mesmo e do mundo.

Os trabalhos na perspectiva da Psicologia Social Comunitária podem e devem propiciar a pensar sobre as possibilidades de se valorizarem por aquilo que são e representam para a sociedade. Buscamos valorizar durante todo o processo de pesquisa aquilo que eram e são capazes de fazer, as experiências vividas, articulando entre o mundo da teoria e o mundo da vida. “A consciência é um trabalho de interpretação da vida, através do pensar, sentir, sonhar e aprender” (Jabur, 2009, p.101).

Eu adoro minha idade, não tenho desvantagem nenhuma! D. Izaura (70 anos).

Eu ainda tenho a mesma energia de quando eu tinha 25 anos, não acho diferença nenhuma entre idade (D. Sula, 69 anos).

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) Transcrevo José Moura Gonçalves Filho acerca de uma passagem quando era orientado por Ecléa Bosi durante seu mestrado. Se de flores vermelhas e brancas desejamos flores mistas, não basta justapor, plantá-las lado a lado. É preciso ligar seiva com seiva, cortando pela raiz, delicadamente e amarrando bem. Então nascem flores tão bonitas, que a gente não sabe a quem dever mais, se aos vermelhos ou aos brancos. Devemos a todos. O trabalho da memória é que garante opinião mais apurada, a pesquisa concreta, que não deixa escapar o fenômeno e a voz dos outros. E é tão bonito convidar alguém a lembrar. Ninguém se sente despreparado para isso, sequer o mais humilde e quem viva sob o limiar das letras (Costa, 2008, p. 26).

A presente pesquisa que inicialmente teve o objetivo de dar continuidade ao trabalho de mestrado anterior, transformou-se em um projeto produtivo, principalmente por proporcionar o contato e interação com um grupo tão rico em experiências.

Como diz Freitas (1998), iniciar um processo de familiarização, ao mesmo tempo ir à comunidade, conhecê-la e iniciar os contatos, coloca-nos, enquanto profissional da psicologia, em uma posição frágil diante de inúmeras incertezas e desafios. Incertezas quanto a nossa aceitação, quanto às decisões sobre o quê fazer e como fazer, quanto ao papel que devemos exercer enquanto profissional em um contexto comunitário. Ainda, ficamos vulneráveis em relação a nossa autoridade no processo de conhecimento e ao nosso próprio processo de formação, tão contaminado pelas exigências dos paradigmas tradicionais aprendidos.

Cito esta autora porque nela encontro ressonância das minhas próprias dificuldades vividas e amadurecidas no decorrer do processo. Como ela nos diz, ainda depois de estabelecida a entrada na comunidade, iniciamos um processo contínuo de obtenção de informações e de interações, não só com o grupo, mas também com pessoas

envolvidas no contexto, e neste trabalho, com todas as pessoas envolvidas com os projetos ligados à órgãos do governo, inclusive o Prefeito Municipal e também pessoas da comunidade.

Nossa responsabilidade não aumenta somente por isso, mas ao contrário do que se espera, quanto mais interagimos com a comunidade, maior a nossa responsabilidade e se de um lado estamos nós, profissionais exercendo uma atividade específica, de outro lado, temos pessoas que nos observam e nos avaliam, além de serem parceiros nesta caminhada de construção do conhecimento.

Muitas dúvidas e desafios surgiram neste processo, ficando clara a necessidade de nos embasarmos teoricamente sobre a dinâmica e vida comunitária de forma contínua. Dificuldades em admitir possibilidade de mudança no processo de pesquisa surgiam, enquanto que esperamos que os rumos da pesquisa sejam os esperados.

Foi preciso se flexibilizar para mudanças de estratégias e de objetivos diante de necessidades a serem trabalhados e também mudança nas ações adotadas, trazendo a todo momento questionamentos e reflexões sobre a importância e viabilidade do trabalho, assim como sobre a minha própria identidade e especificidade de nosso trabalho com a Psicologia.

Outra dificuldade enfrentada foi em relação à distância que tinha de percorrer para iniciar os trabalhos e não ter um tempo previsto para o seu término, pois dependia do desenvolvimento e avaliação da comunidade, trabalhando então com o domínio das incertezas.

Porém, o que me permitiu sentir segurança para o desenvolvimento dos trabalhos é que, a pesquisa participante possibilita a discussão com a comunidade com a qual se trabalha, sobre as ações efetivas dos planos elaborados durante o seu percurso, e isso não quer dizer que ela não atinja o objetivo de realizar uma transformação na realidade social da comunidade. Ao contrário, no processo de concretização da pesquisa (com o levantamento prévio dos problemas a serem investigados, as discussões e reflexões críticas sobre as contradições encontradas na comunidade, assim como a busca de estratégias de ações), já se configura uma transformação na realidade.

Também fui percebendo que o trabalho anterior (Fernandes, 2009) havia sido valioso, propiciando abertura e acolhimento por parte da comunidade com a pesquisadora, o que possibilitou a superação das dificuldades e minimização da distância “real” e “imaginária” da comunidade.

Freitas (1998) aponta para o fato de que a Psicologia Social Comunitária havia sofrido várias reformulações, e ao sair da clandestinidade, tinha perdido uma característica quase que exclusiva de militância e, no momento atual, demonstra possuir elementos sólidos que sustentam sua especificidade.

Essa era uma outra questão que me embasava ao desenvolver os trabalhos, pois nesta perspectiva teórica encontrei os elementos para sustentação da pesquisa e quanto mais me embasava, lendo e refletindo, aumentava a minha flexibilização para as discussões, as mudanças e o inesperado.

Uma das proposições de Sílvia Lane nesta linha teórica é compreender o processo de construção dos fenômenos psicossociais, como identidade e consciência, objetivando fortalecer as possibilidades de participação crítica das pessoas no seu cotidiano concreto, dentro de parâmetros éticos voltados para a construção da cidadania e considerando que este também foi um de nossos objetivos, podemos dizer que este foi atingido na medida em que compreendemos que o desenvolvimento da identidade e da consciência é um processo contínuo.

Além disso, é necessário considerarmos que esta comunidade trata-se, ainda, de uma população tradicional, segundo Paiola e Tomanik (2002) e outros estudos como o de Violante (2006), que entre outras, essa população se caracteriza também por apresentarem um apego ao estilo livre de vida, uma auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras, e também podem apresentar um fraco poder político, que em geral reside com grupos de poder dos centros urbanos, além de possuírem uma redução na acumulação de capital, com a utilização da tecnologia de forma bastante simples.

Eles ainda se mantêm, ao seu modo, ligados aos valores e às formas de vida característicos dessas populações, e se baseiam em formas de cooperação social e formas específicas de relação com a natureza e dão bastante importância à unidade familiar, doméstica ou comunal, e às relações de parentesco e compadrio para a realização de atividades econômicas, sociais e culturais.

Visto por este ângulo e que o grupo consiste em sua maioria de pessoas com mais de 60 anos, podemos dizer que o processo de trabalho, com todos os objetivos, apenas se iniciou, e que embora estas populações apresentem um modo de vida bastante harmonioso com o meio ambiente, o poder público tem desprezado a contribuição que elas podem oferecer para a elaboração de políticas públicas regionais, sendo ainda, como pudemos observar na breve história de Porto Rico, as primeiras a serem atingidas

pela destruição do meio-ambiente e as últimas a se beneficiarem de algum tipo de política que preze a conservação ambiental.

Dessa forma e considerando também que a maioria deles depois que vieram para morar em Porto Rico não haviam mais sequer saído do lugar, a não ser das ilhas para o continente, acreditamos que o grupo com o qual trabalhamos teve a possibilidade, pelo processo, de se tomarem como objeto de seus olhares, de se apropriarem, de fato, de seu mundo e de si mesmos, na medida em que manifestaram a vontade de discutir e em atitudes concretas, nas realizações de atividades.

Assim, se realidade e consciência se reconstituem cotidianamente, pois o tempo todo criamos novas possibilidades de interpretações da realidade e neste processo nossa consciência se altera criando novas possibilidades de agir, de pensar e de interagir com o mundo, também nossa identidade vai sendo re-posta e se metamorfoseando, cotidianamente, como diz Ciampa.

É possível dizer então que a consciência e a identidade do grupo se reconstitui o tempo todo. Podemos dizer é que um novo processo iniciou-se com o trabalho anterior e com o nosso, permitindo que tanto eles quanto nós, pudéssemos entrar em contato com novas formas de ver o mundo, de conceber a velhice, modificando a compreensão e nossos valores pessoais, assim como somente se iniciou o processo de resgate da função social do idoso na comunidade, bem como, o fortalecimento dos laços coletivos e a identidade grupal.

Os trabalhos com os desenhos para as confecções do banner e as camisetas, propiciaram momentos de reflexão sobre o que o grupo significava para eles e qual o sentido da participação deles no próprio grupo, e em outros como a comunidade e a família, e também facilitou os processos de identificação. Contando suas histórias e as do grupo, a historicidade é recuperada, segundo Lane (1984), podendo facilitar mudanças no olhar de forma qualitativa sobre os fenômenos individuais e sociais.

De acordo com Lane (1984), o processo grupal, semelhante a qualquer experiência humana, implica em relações de poder e no compartilhamento de ações e, nesse processo de realização desenvolve-se a identidade (intragrupo e intergrupos). Como foi possível verificar, os processos de identificações foram ocorrendo o tempo todo, permitindo que os desejos fossem direcionados ao fortalecimento do grupo e em várias atividades observamos um número maior de participação dos integrantes, e temos que concordar que, várias pessoas ainda trabalham, mesmo aposentadas, dificultando a frequência nas reuniões em dias de semana e no período da tarde.

Foi possível verificar também que o grupo este ano passou por várias transformações e sofreu muitas interferências, inclusive referente às questões políticas. Contudo, o grupo se posicionou de forma coesa nas discussões das suas regras e desenvolvimento dos trabalhos, buscando melhorias para a comunidade, durante este ano.

O trabalho com o resgate da função social do idoso na comunidade foi o pano de fundo no processo da pesquisa e o contato e interação com o grupo não se limitou apenas aos encontros marcados. Procuramos participar de festividades e de conversas informais, procurando conhecer e colher indícios da dinâmica que existia na comunidade e sobre o tipo de interação e vínculos que foram criando.

Assim, o trabalho com o resgate de documentos, através da realização do painel de fotos escolhidas por eles e todas de arquivos pessoais, foi uma das formas que eles chegaram à conclusão de importância em deixar como legado às gerações presentes e futuras. As narrativas sobre as situações vivenciadas, ligadas também às fotografias, celebram a vida coletiva, pois além de permitir reviver coletivamente os momentos passados, permite também visualizarmos a singularidade e o enraizamento de um grupo. Realidade e passado, dupla posição ao mesmo tempo.

De acordo com Bosi (2007), uma das formas de explicar a situação presente é reconstruir o passado no momento presente, atribuindo um sentido à existência e integrando as experiências acumuladas na trajetória da vida. Assim, a recuperação mnemônica ou revisão do passado pode ser compreendida como reconstrução e resgate da vida do sujeito.

A fotografia revela um jeito de viver, uma maneira de ver e pensar o mundo. Pode-se dizer que é uma forma de fazer história, de habitar e estar no mundo. Pode ser um recurso de re-inventar ou uma tentativa de prolongamento da própria vida e da história, mas podem também ser tentativas de deixar rastros que ao serem “re-vistos” permitem novos olhares e a criação de novos sentidos.

O homem não é marcado somente pela sua singularidade ou pela coletividade. Como ser histórico, é constituído pela suas relações sociais, no entanto, se torna capaz de re-significar e transformar o seu mundo. Dessa forma, o desenvolvimento desse trabalho e a compreensão das experiências fizeram com que nosso olhar se alargasse, considerando a realidade como algo inacabado, em processo, sujeita às vicissitudes da nossa existência e sempre em contato com a ambiguidade da condição humana – a singularidade e a multiplicidade.

Tenho a certeza de que tanto eu, pesquisadora, quanto o grupo, tivemos momentos com atividades significativas, em que pudemos analisar e refletir sobre inúmeras questões, com oportunidades de re-significar as experiências e dar sentido a tantas outras, tendo a certeza de que estamos sempre em construção...

Projetos ligados ao lazer, educação ou outros em que os idosos possam ser inseridos, incentivariam seus integrantes a buscarem atividades produtivas para as suas vidas e comunidade. Penso que a sugestão pode viabilizar ações coletivas, porém, é preciso que as ações visem o constante aprendizado sobre o respeito ao outro, a colaboração, a eliminação do individualismo, o poder, o egoísmo, pois só assim será possível legitimar valores pautados no sentimento e fortalecimento dos laços coletivos.

Já disse Jacques Derrida que a amizade e a hospitalidade incondicionais podem levar o homem a abrir-se para caminhos que vão muito além da crueldade e da soberania. E eu convidada que fui a participar para trabalhar com um grupo tão especial, acolhida pela hospitalidade...Como diz Ecléa Bosí, a viver e a lembrar...e nasceram flores tão bonitas, vermelhas e brancas...devemos a quem? Devemos a todos!

É a certeza da eterna presença, da vida que foi e da vida que vai, em mim e em nós...

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, A. A. & GOMES, L. C. (2005). O manejo da pesca em reservatórios da Bacia do Alto Rio Paraná: avaliação e perspectivas (cap.2). Em: Marcos Gomes Nogueira, Raoul Henry, Adriana Jorcin (Orgs.). *Ecologia de Reservatórios: Impactos Potenciais, Ações de Manejo e Sistema em Cascata*. São Carlos: Rima Editora. 472 p.
- AGOSTINHO, A. A. & JÚLIO JÚNIOR, H. F. (1999). Peixes da bacia do alto rio Paraná. Em LOWE-McCONNELL, R. H. *Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais*. Tradução Anna Emília A. de M. Vazzoler, Angelo Antonio Agostinho, Patrícia T.M. Cunningham. São Paulo: EDUSP. (Coleção Base. cap. 16, p. 374-400). Título original em inglês: Ecological studies in tropical fish communities.
- ASBAHR, F. S. F. (2005). *A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade*. Revista Brasileira de Educação – ANPED – Maio/Jun/Jul/Ago. n.29. Recuperado em 12 de março de 2009 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a09.pdf>
- BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís A. reto e Augusto Pinheiro. São Paulo : Martins Fontes.
- BERCINI, L. O. & TOMANIK, E. A. (2006). *Representações Sociais sobre saúde e estratégias de enfrentamento das doenças entre as mulheres dos pescadores do município de Porto Rico, Paraná*. Ciência, Cuidado e Saúde. V. 5, Supl., p.71-76.
- BOCK, A. M. B., FERREIRA, M. R., GONÇALVES, M. G. M. & FURTADO, O. (2007). *Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso Social da Psicologia”*. Revista Psicologia e Sociedade, vol. 19, n.2. Porto Alegre. Recuperado em 21 de julho de 2009 de <http://www.scielo.br/scielo>
- BRASIL - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 1996.
- BOSI, E. (2001). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAMPOS, R. H. F. (1996). Psicologia comunitária, cultura e consciência. Em *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Regina Helena de Freitas campos (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- CANESSO, R., PINESE, J. P. P., ALEDO TUR, A. & ANDREU, H. G. (2009). Geração de energia e meio ambiente: estudos dos impactos socioambientais de usinas hidrelétricas no alto curso do rio Paraná, Brasil. *Resumos de comunicações científicas*. 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Abr. Montevideo. Uruguay. (www.egal2009.com).

- CARVALHO, V. S. (2005). *Raízes da Ecologia Social – O Percurso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção*. Tese de Doutorado - UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CHAUÍ, M. S. (2001). Apresentação: os trabalhos da memória. Em: BOSI, E. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos* (p. 17-33). São Paulo: Companhia das Letras.
- CIAMPA, A. C. (1984). Identidade. Em *Psicologia Social, o homem em movimento*. Silvia T. M. Lane/Wanderley Codo (orgs.) São Paulo: Editora Brasiliense.
- COSTA, F. B. (2008) *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. Tese de Doutorado - USP – Universidade de São Paulo.
- DEMO, P. (1999). Elementos metodológicos da pesquisa participante: Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante* (pp.104-130). São Paulo: Brasiliense.
- FERNANDES, S. L. (2009). *(Re)fazendo a vida: representações Sociais sobre o envelhecimento entre os idosos de uma população ribeirinha*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá.
- FREITAS, F. L. (2006). *Constituição da Identidade docente: discutindo a prática no processo de formação*. Dissertação de Mestrado. Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- FREITAS, M. F. Q. (1996). *Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária*. Revista Psicologia & Sociedade; 8(1): 63-82; jan./jun.
- FREITAS, M. F. Q. (1998). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. Em: CAMPOS, R. H. F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- FREITAS, M. F. Q. (1998). *Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo*. Revista Psicologia Reflexão e Crítica, vol. 11, n. 001. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Brasil.
- FREITAS, M. F. Q. (1998). Novas Práticas e Velhos Olhares em Psicologia Comunitária. Em: Lídio de Souza, Maria de Fátima Quintal de Freitas, Maria Margarida Pereira Rodrigues (orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo. 422 p.
- FREITAS, M. F. Q. (1999). O quê fazer? Reflexões em Psicologia Social Comunitária. Em P. R. M. Menandro, Z. A. Trindade, E. B. Borloti (Orgs.). *Pesquisa em Psicologia: Recriando Métodos*. 1ª Ed. Vitória: UFES, CAPES/PROIN, v. 1, p. 105-124.

- FREITAS, M. F. Q. (2001). *Psicologia Social Comunitária Latino-Americana: Algumas Aproximações e Intersecções com a Psicologia Política*. Revista Psicologia Política, vol. 1, n.2. São Paulo: SBPP, julho-dezembro.
- FREITAS, M. F. Q. (2005). (In) *Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre as Psicologias Sociais da Libertação e Comunitária*. Revista Psico, Porto Alegre: PUC-RS, v.36. n.1, p.47-54. Jan/abr.
- FREITAS, M. F. Q. (2007). Intervenção psicossocial e compromisso: desafio às políticas públicas. Em Jacó-vilela, A. M., Sato, L. (orgs.) *Diálogos em Psicologia Social*. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda.
- FURTADO, O. (2002). As dimensões subjetivas da realidade – Uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social. Em: Furtado, O., Rey, F. G. (orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- GODOY, A. M. G. (2002). *A População de Porto Rico e Porto São José e a Renda*. Departamento de Economia. Relatório de Pesquisa-PELD. Universidade Estadual de Maringá.
- GÓIS, C. W. L. (1993). *Noções de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Caderno Estatístico do Município de Porto Rico, setembro, 2009. Recuperado 25 de maio de 2009 de [http:// www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)
- JABUR, L. A. (2009). *O processo de avaliação de projetos socioeducativos do prêmio Itaú-UNICEF: uma análise na perspectiva da Psicologia Social Comunitária*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. PUC/SP.
- LANE, S. T. M. (2002). A dialética da subjetividade *versus* objetividade. Em: Furtado, O., Rey, F. G. (orgs.). *Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria Sócio-Histórica e a Teoria das Representações Sociais*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- LANE, S. T. M. (2001). Psicologia Social – teoria e prática. In: Rivero, N. E. (org.). *Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações*. ABRAPSO, Santa Maria, RS.
- LANE, S. T. M. (1996) Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Em CAMPOS, R. H. F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LANE, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. Em S. T. M. Lane e W. Codo (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. (pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.

- LANE, S. T. M. (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo : Brasiliense. 1ª edição.
- LE BOTERF, G. (1999). Pesquisa participante: Propostas e reflexões metodológicas: Em C. R. Brandão (Org.), *Repensando a pesquisa participante*. (pp.51-81). São Paulo: Brasiliense.
- LEONTIEV, A. N., VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R., et al (1991). *Bases Psicológicas da Aprendizagem*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1ª edição.
- LEONTIEV, A. (1996). *O desenvolvimento do psiquismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- LIBÂNEO, J. C.& FREITAS, A. M. M. (2007). Vygotsky, Leontiev, Davidov – Três aportes teóricos para a Teoria Histórico-Cultural e suas contribuições para a Didática. Em C. C. SILVA, M. V. R. SUANNO (Orgs.). *Didática e Interfaces*. p. 39-60. Rio de Janeiro/Goiânia : Deescubra.
- MARÍN, G. (1975). *La Psicologia Social en Latinoamérica*. México: Editorial Trillas. Primera edición.
- MIRIANI, J. (2004) *Práticas Psicológicas nas UBS e Psicologia Social Comunitária: Desafios e Possibilidades*. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná-UFPR.
- MARTINS, S. T. F. (2003). *Processo grupal e a Questão do Poder em Martín-Baró*. *Psicologia e Sociedade*. 15 (1): 201-217. Jan./jun. UNESP. Bauru.SP.
- MARTINS, S. T. F. (2007). *Psicologia social e processo grupal: a coerência entre fazer, pensar, sentir em Sílvia Lane*. *Psico. Soc.* v.19 n.spe2. Porto Alegre.
- MENEZES, M. L. (2001). *Psicologia Comunitária e Intervenções em grupos Populares. Psicologia Social: estratégias, políticas e implicações*. (org.) Nelson Eduardo E. Rivero. Santa Maria, RS: ABRAPSO SUL.
- MERINO, M. F. G. L. (2007). *As necessidades em saúde de indivíduos adultos em Porto Rico*. Dissertação de Mestrado em Enfermagem. Universidade Estadual de Maringá - UEM.
- MICHEL, M. O.& MICHEL, J. O. (2006). *Comunicação Comunitária e Cidadania - Resgate da Cultura e a Construção da Identidade*. Biblioteca on-line de ciência da comunicação. Recuperado em 25.05.2009. Disponível em www.bocc.ubi.pt .
- MOLON, S. I. (1997). O processo de Exclusão/Inclusão na Constituição do Sujeito. In: Zanella, A. V. [et al.] (orgs.). *Psicologia e práticas sociais*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- MOLON, S. I (2000). Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky. III Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural. 16 a 20 de julho. Campinas. SP. Recuperado em 21.03.2010. <http://www.fae.unicamp.br/br2000/trabs/2330.doc>.

- NEPOMUCEMO, L. B. XIMENES, V. M., CIDADE, E. C., MENDONÇA, F. W. O. & SOARES, C. A. (2008). *Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação*. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. CE. Brasil. Revista Psico. V. 39. N. 4. Out./Dez. pp. 456-464.
- NETO, B. M. (1999). *Ecologia e Imaginário nos Cariris Velhos da Paraíba: Memória Cultural e Natureza no Cerimonial da Vida*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba.
- NOVO, H. A. (1998) Quem tem medo das emoções? Apontamentos para uma reflexão crítica sobre o lugar das emoções em Psicologia Social. In: Souza, L., Freitas, M. F. Q., Rodrigues, M. M. P. (orgs.). *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- NUPÉLIA - Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura e Grupo de Estudos Socioambientais (1994). *Projeto de Pesquisa Estudos Ambientais da Planície de Inundação do Rio Paraná, no Trecho Compreendido entre a Foz do rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu, Relatório do Domínio Sócio-Econômico referente aos dados obtidos no período de março de 1993 a março de 1994*, Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá (mimeo).
- NUPÉLIA - Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura - Universidade Estadual de Maringá (1995). Apresentação. *Estudos Ambientais da Planície de Inundação do Rio Paraná, no Trecho Compreendido entre a Foz do Rio Paranapanema e o Reservatório de Itaipu - Relatório Final do Segmento de Psicologia Social* (versão resumida). Maringá, PR: (mimeo). UEM/NUPÉLIA/PELD. <http://www.peld.uem.br/Relat2000/apresent2000.htm>
- OBBERG, L. P. (2007). *Do Rio das vitrines à galeria dos desconhecidos: Um estudo em Psicologia Social Comunitária na localidade de Muzema*. Tese de Doutorado. Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RIO.
- OLIVEIRA, M. K. (1992). O problema da Afetividade em Vygotsky. Em: La Taille, Y. *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus.
- PAIOLA, L. M. & TOMANIK, E. A. (2002). *Populações tradicionais, representação social e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectiva de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná*. Acta Scientiarum. Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180.
- PALANGANA, I. C. (2001). *Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky*. São Paulo : Summus. 3ª Ed.
- PARANACIDADE. Porto Rico: aspectos econômicos. Disponível em: <http://www.paranacidade.org.br> . Acesso julho/2009
- PEDRO, W. J. A. (2005) O Estudo da Identidade no Âmbito da Psicologia Social Brasileira. Revista UNIARA, n. 16. p. 109-116.

- PINHEIRO JR. G. (2005). *Sobre alguns conceitos e características de velhice e terceira idade: uma abordagem sociológica*. Florianópolis. Revista Linhas, vol. 6, n. 1.
- REY, F. L.G. (2005). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. (tradução Marcel A. F. Silva). São Paulo : Pioneira Thomson Learning.
- ROSA, M. C. (1997). Processo de ocupação e situação atual. Em: VAZZOLER, A. E. A. M.; AGOSTINHO, A. A.; HAHN, N. S. *A planície de inundação do alto Rio Paraná: aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá: Eduem, p. 371-394.
- SÁ, L. C. T. & TOMANIK, E. A. (2004). Historical Reconstruction of the (Re)Occupation of the Northwestern Paraná: Official Versions and Experienced Situations. Em: AGOSTINHO, Angelo Antonio; RODRIGUES, Liliana; GOMES, Luiz Carlos; THOMAZ, Sidinei Magela; MIRANDA, Leandro E. (Org.). *Structure and functioning of the Paraná River and its floodplain*. Maringá: Eduem. v. 1, p. 259-264.
- SCHARFSTEIN, E. A. (2006). *Uma alternativa de moradia para os idosos brasileiros na vida contemporânea*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ.
- SCHEWINSKY, S. R. (2005). *Identidade, é possível esquecer-la?* Revista Tendências e Reflexões. ACTA FISIATR. 12(2): 72-76.
- SILVA, C. A. & BELLINI, L. M. (2008). Remanescentes populacionais nas ilhas do rio Paraná: aspectos sociais e econômicos. Acta Sci. Biol. Sci. Maringá, v. 30, n. 2 p. 185-190.
- SOUZA, C. M. (2005). *Participação Comunitária e educação para a saúde: uma proposta metodológica de ensino, pesquisa e extensão*. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 36, n.1, pp. 65-72, jan./abr.
- SOUSA NETO, M. F. *Alma e Gesto - Escritos Geográficos*. João Pessoa: UFPB/CCEN/DGEO. Grupo de Estudo de História do Pensamento Geográfico, 1997.
- SPINK, P. K. (2003). *Pesquisa de Campo em Psicologia Social; uma perspectiva pós-construcionista*. Psicologia & Sociedade; 15 (2), p. 18-42, jul-dez.
- SPONCHIADO, D.; EIDT, N. M.; & TOMANIK, E. A. (2002). *Representações sociais sobre o trabalho elaboradas pela população economicamente ativa de uma comunidade ribeirinha do rio Paraná*. Acta Scientiarum, Maringá, v. 24, n. 1, p. 181-188.
- TOMANIK, E. A. (1997). Elementos sobre as representações sociais dos pescadores “profissionais” de Porto Rico. In: VAZZOLER, A. E. A. de M., AGOSTINHO, A. A. e HAHN. N. S. (Eds.). *A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná - Aspectos*

físicos, biológicos e socioeconômicos. Maringá, PR: EDUEM/NUPELIA. Cap. 3. p. 415-434.

- TOMANIK, E. A.; GODOY, A. M. G. & EHLERT, L. G. (1997). A vida na região: dados socioeconômicos do núcleo urbano de Porto Rico. in VAZZOLER, A. E. de M.; AGOSTINHO, A. A. e HAHN, N. S. (Eds.) *A Planície de Inundação do Alto Rio Paraná - Aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos*. Maringá, PR: EDUEM/Nupelia. Cap. 3. p. 395-413.
- TOMANIK, E. A. (2004). *O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em ciências sociais*. Maringá: Eduem.
- TOMANIK, E. A. & GODOY, A. M. G. (2004). Demographic Studies in High Paraná River Floodplain. Em A. A. Agostinho, L. Rodrigues, L. C. Gomes, S. M. Thomaz & L. E. Miranda (Orgs.). *Structure and functioning of the Paraná river and its floodplain*. Maringá: Eduem. p. 253-257.
- TOMANIK, E. A. & SILVA, D. M. P. P. (2007). Indicadores, Hábitos e Necessidades de Saúde. Capítulo 16. Relatório Anual – PELD – *A Planície Alagável do Alto Rio Paraná* – sítio 6. Universidade Estadual de Maringá.
- TOMANIK, E. A. (2001). Da crítica à Psicologia Social à Psicologia Social Crítica: compromissos, desafios e perspectivas. In: Caniato, A. M. P.; Tomanik, E. A. (Orgs.). *Compromisso Social da Psicologia*. Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- TURISMO REGIONAL – Porto Rico. Recuperado em julho/2009. Disponível em <http://www.turismoregional.com.br> -
- VIGOTSKI, L. S., LURIA, A. R. & LEONTIEV, A. N (1998). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*; Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo.
- VIOLANTE, A. C. (2006). *Moradores e turistas no município de Porto Rico, PR: percepção ambiental no contexto de mudanças ecológicas*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais. UEM/PR.
- VYGOTSKY, L. S. (1989). *Pensamento e Linguagem*. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2ª Edição brasileira.
- VYGOTSKY, L. S. (1989). *A Formação Social da Mente. Coordenação da tradução: Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos* – Departamento de Ciências Biomédicas – USP. São Paulo: Editora Martins Fontes. 3ª Edição Brasileira.